

EDUCAÇÃO MUSEAL: conceitos, história e políticas

1 História da Educação Museal no Brasil
& Prática político-pedagógica museal



MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

EDUCAÇÃO MUSEAL: conceitos, história e políticas

1 História da Educação Museal no Brasil & Prática político-pedagógica museal

Organizadores: Fernanda Castro
Ozias Soares
Andréa Costa

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

2020

M986e Museu Histórico Nacional (Brasil).

Educação museal : conceitos, história e políticas /
organizadores: Fernanda Castro, Ozias Soares, Andréa Costa. Rio de
Janeiro : Museu Histórico Nacional, 2020.

69 p. : il. – (História da educação museal no Brasil &
prática político-pedagógica museal, I).

ISBN: 978-65-88035-01-6.

I. Museus – aspectos educacionais. 2. Educação –
museus. I. Castro, Fernanda. II. Soares, Ozias. III.
Costa, Andréa. IV. Título.

CDD 069.15

SUMÁRIO

Educação Museal: conceitos, história e políticas Vania Drummond Bonelli	5
Apresentação Fernanda Castro, Ozias de Jesus Soares, Andréa Fernandes Costa	6
Prefácio Átila Tolentino	10
Por uma História da Educação Museal no Brasil Andréa Fernandes Costa, Fernanda Castro, Ozias de Jesus Soares	15
Experiência vivida no campo museológico: a educação museal na perspectiva prática político-pedagógica no Museu Goeldi Helena do Socorro Alves Quadros	41
Esboçando o ABC da Museologia: da definição de museu do passado ao futuro Lopes Isabel Massango	51
A estética da experiência museal: uma reflexão sobre a educação em museus de ciências José Luís Ferraro	60

EDUCAÇÃO MUSEAL: CONCEITOS, HISTÓRIA E POLÍTICAS

O Museu Histórico Nacional tem a satisfação de apresentar a série “Educação Museal: conceitos, história e políticas”, com cinco volumes que tratam de temas diversos presentes no desenvolvimento da Educação Museal no Brasil.

Desde a criação do primeiro Curso de Museus do país, em 1932, o Museu Histórico Nacional mantém seu papel inovador e, recentemente, vem contribuindo para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Museal.

A série tem como objetivo contribuir para a formação dos profissionais da Educação Museal, na difusão do conhecimento produzido e no incentivo à troca de experiências. Torna-se importante registrar, neste momento, a participação especial de jovens profissionais e especialistas, de todas as regiões do Brasil, de países da América Latina e da África.

Por meio da efetiva atuação do Núcleo de Educação, o museu vem construindo referências no campo do conhecimento e das práticas educativas. Agradecemos aos colaboradores do projeto, aos nossos apoiadores e ao Instituto Brasileiro de Museus, esperando que todos possam usufruir momentos de reflexão e consequentes ações inovadoras.

Vania Drummond Bonelli
Diretora Substituta

APRESENTAÇÃO

Em 2017, foi definida a Política Nacional de Educação Museal, após um processo de construção participativa que se iniciou em 2010 e que contou com a colaboração de educadores museais, agentes públicos, professores, estudantes, pesquisadores e demais profissionais de museus.

O texto final da Pnem apresenta os cinco princípios e as 19 diretrizes para Educação Museal no Brasil, sendo estas últimas divididas em três eixos: I - Gestão, II - Profissionais, pesquisa e formação e III - Museus e comunidade.

Entre as diretrizes do Eixo II estão aquelas que orientam o poder público, instituições e profissionais no sentido da promoção da formação profissional dos educadores museais.

A pesquisa, a realização de eventos e a oferta de cursos em diferentes níveis são exemplos de elementos necessários para essa promoção. Em todos esses casos o registro sobre práticas, concepções teóricas, conceitos e atuação política se fazem necessários.

A produção de conhecimento em Educação Museal se dá no Brasil há quase um século nos museus e no âmbito acadêmico há pelo menos 40 anos. Apesar disso, a forma difusa e descentralizada com que ocorre dificulta o conhecimento e a divulgação das pesquisas e reflexões produzidas sobre o tema.

No século XXI, a partir da instituição da Política Nacional de Museus, há uma tentativa de organização da área museal e de continuidade em suas políticas públicas, inclusive naquelas que envolvem a formação inicial e continuada dos profissionais de museus e que realizam processos museais em diferentes espaços.

Um fenômeno um pouco mais recente é a busca por uma **consolidação da Educação Museal como campo científico, profissional e político**. Nesse sentido vemos surgir uma série diversa de fatos que contribuem para a construção do campo da Educação Museal.

Desde o processo de construção participativa da Pnem, o Museu Histórico Nacional vem estabelecendo formas de colocá-la em prática, seja por meio de seus programas, projetos e ações, seja pela constituição de uma equipe e legado institucional.

A partir das orientações dessa política o museu estruturou seu Núcleo de Educação e elaborou, de forma participativa, o Programa Educativo e Cultural - a Política Educacional do MHN, documento que apresenta diagnósticos, estrutura organizativa, concepções e conceitos orientadores do trabalho educativo e as atribuições dos integrantes da equipe de profissionais de educação do museu.

O Núcleo de Educação é organizado, atualmente, em três programas:

- 1 - Programa de desenvolvimento e formação do público;
- 2 - Programa de pesquisa e criação em Educação Museal e
- 3 - Programa de desenvolvimento de parcerias.

É no contexto do Programa de pesquisa e criação em Educação Museal que foi criado o Grupo de Pesquisa “**Educação Museal: conceitos, história e políticas**” (GPEM), que é vinculado ao diretório do Instituto Brasileiro de Museus na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Criado em junho de 2018, como uma linha de pesquisa do grupo “**Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades**”, também vinculado ao diretório do Ibram no CNPq, um ano depois do início de suas atividades, o GPEM foi transformado em um grupo autônomo.

Com encontros mensais que realizam leituras e debates de textos e referências na temática da Educação Museal, o grupo reúne integrantes de diversas instituições e regiões do Brasil, promovendo também eventos, cursos, parcerias e, agora, inaugurando a realização de publicações.

Entendemos a **Educação Museal como um campo científico em construção**, que produz conhecimento específico na relação entre museus, universidades, pontos de memória, escolas e demais espaços onde ocorram processos de formação integral. Temos a Pnem como referência e a entendemos a **Educação Museal como um conceito histórico e teoricamente referenciado que está em processo de construção coletiva**.

Nosso grupo tem integrantes com diversos níveis de formação e que pertencem a diversos tipos de instituições, como museus, centros de ciência, centros culturais, escolas, universidades, empresas de turismo e consultoria em diversos assuntos. Nossas reuniões e eventos são abertos à participação.

Acreditamos que a diversidade de pessoas, crenças, epistemologias e práticas constitui a riqueza do campo da educação museal. Por isso mesmo, acreditamos na construção de uma **Educação Museal democrática, crítica, transformadora** e baseada nos contextos e circunstâncias em que nos inserimos.

Nesse sentido, defendemos a necessidade de desenvolvimento de **uma Educação Museal fundamentada em premissas decoloniais, que respeitem a história e as manifestações culturais e científicas**. Entendemos que nesse contexto há semelhanças entre o que chamamos de “**eixo sul**”, incluindo entre parceiros do Brasil: México, Perú, Argentina, Chile, Equador e Colômbia, representando a América Latina e, por enquanto, Moçambique, representando uma realidade da África que utiliza a língua portuguesa.

Nessa série de livros, intitulada “Educação Museal: conceitos, história e políticas”, contaremos com cinco volumes, cada um com dois temas e participação de autores representando o conhecimento já consagrado em nosso campo, as pesquisas recentes e as práticas da Educação Museal contemporânea. A partir de **múltiplos olhares e diferentes concepções de mundo e de Educação Museal**, os autores apresentaram uma rica gama de assuntos, experiências e pontos de vista, que contempla a diversidade de realidades, dos diferentes países e das regiões do Brasil participantes.

A ideia central dessa série é contribuir para a **difusão do conhecimento em Educação Museal e para a formação individual e coletiva dos profissionais e gestores da área**. Por isso apresentamos textos com perfil didático e indicações de pesquisa e continuidade de estudos, que permitam ao mesmo tempo o conhecimento de práticas estabelecidas na área e a reflexão sobre as mesmas.

O volume 1, trata da “História da Educação Museal no Brasil” e da “Prática político-pedagógica museal”, contando com autores do Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul e de Maputo (Moçambique).

No volume 2 serão tratados os temas “Educação Museal: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus” e “A questão da profissionalização da educação museal”.

O volume 3 trará debates em torno da “Sistematização da Educação Museal: planejamento, registro e avaliação de ações e sobre “Teoria educacional, formação, pesquisa e comunicação na Educação Museal”.

No volume 4, teremos textos sobre “Museologia social, decolonialidade e Educação Museal” e “Relações entre museu e sociedade: escolas, comunidades, e a diversificação de públicos”.

Fechando a série, o volume 5 apresentará debates em torno da “Educação Museal e cibercultura” e da relação “Acessibilidade em museus e educação”.

Reunimos diversos autores, com diversos perfis e perspectivas teóricas e práticas, do Brasil, da América Latina e África, para nos brindar com seus múltiplos olhares e experiências. Esperamos, assim, contribuir para a **produção de conhecimento, as reflexões e para a formação em Educação Museal** e para o estreitamento dos laços entre profissionais, processos e instituições museais numa perspectiva democrática, soberana e transformadora da sociedade.

Desejamos uma boa leitura!

Fernanda Castro
Ozias de Jesus Soares
Andréa Fernandes Costa

PREFÁCIO

O Pai achava que a gente queria desver o mundo para encontrar nas palavras novas coisas de ver assim: eu via a manhã pousada sobre as margens do rio do mesmo modo que uma garça aberta na solidão de uma pedra.

(Manoel de Barros – *Menino do mato*)

Tomo a poesia de Manoel de Barros para iniciar a conversa sobre este primeiro volume da série de livros intitulada “Educação museal: conceitos, história e políticas”, que chega em boa hora, neste momento efervescente do campo, em que diversas pesquisas, publicações, ações e lutas têm contribuído para fortalecer e consolidar a educação museal, seja no âmbito científico, profissional ou político.

O ato de desver o mundo, presente em toda a poesia de Manoel de Barros, transfigurada na “vadiação com as palavras” que enriquece o absurdo de seus escritos, é mais do que necessário para o mundo dos museus e para o campo da educação museal. Podemos entender o desver o mundo como uma postura de abrir o nosso olhar para novas e outras epistemologias importantes no dia a dia das práticas educativas nos museus, que considerem os diferentes saberes e apropriações que os sujeitos detêm e desenvolvem na sua relação com os objetos e outros acervos musealizados.

Nesse sentido, a educação museal prima por uma prática reflexiva, crítica e dialógica do processo de musealização, afastando-se de posturas que simplesmente reificam o objeto, a ser contemplado e valorizado, sem considerar que são os sujeitos sociais que lhe atribuem as significações e ressignificações. Ao atuar dessa forma, concebemos que os museus e processos museais são sócio-historicamente determinados, como sempre nos tem ensinado a educadora e museóloga baiana, Maria Célia T. M. Santos¹ em sua prática e nos seus escritos.

Desver o mundo no âmbito da educação museal é também considerar que nossa atuação, enquanto educadoras e educadores museais, insere-se numa arena de conflitos, imbuída em um jogo de relações de forças presente nas distintas significações e apropriações atribuídas aos objetos museais. Portanto, o nosso atuar é necessariamente ideológico e político.

Afinal, como amplamente discorre o grande educador Paulo Freire, a prática educativa nunca é neutra, como se arvoram, erroneamente, algumas experiências e alguns discursos.

A lida com o conflito no âmbito da educação se explicita sobretudo no fato de que “dois ou mais sentidos podem ocupar um mesmo corpo patrimonial” como o também poeta (e museólogo) Mário Chagas nos demonstra². Ele ainda complementa que a “capacidade de os corpos patrimoniais encarnarem múltiplos sentidos contribui para a ampliação de tensões e conflitos”. Levando isso em consideração, em nossa atuação na educação museal, cabem inúmeras perguntas, entre as quais lanço algumas: Quais sentidos podem e são atribuídos aos objetos museais com os quais estamos lidando? Que sentidos e discursos são delineados/valorizados/potencializados a partir das narrativas expositivas no museu onde atuo? Como os sujeitos sociais estão atribuindo ou podem atribuir significações aos objetos e ao fazer museal? Quais outros e distintos olhares, inclusive além do meu enquanto educador ou educadora museal, podem compor determinados corpos patrimoniais plurissignificativos? Como determinados grupos sociais, historicamente estigmatizados e silenciados dos processos de patrimonialização e musealização, estão representados nas narrativas museológicas e inseridos no fazer museal? Reforço que inúmeras questões são possíveis e convido o leitor a suscitar outras, a partir de suas próprias experiências, para desver nosso olhar.

Esses apontamentos estão bem delimitados na Política Nacional de Educação Museal-Pnem³. Entre as suas diretrizes, dentro do Eixo “Museus e Sociedade”, está presente a promoção a “programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando **a reflexão e a construção coletivas do pensamento crítico**”. Ou seja, afasta-se das práticas educativas instrutivistas, hierarquizantes e colonizadoras para afirmar e pontuar que a educação museal, no âmbito dessa política pública, baseia-se em práticas democráticas, reflexivas e dialógicas, respeitando as comunidades com quem os museus atuam, bem como seus anseios, os saberes nelas construídos e as demandas sociais, com vistas à sua sustentabilidade para além de aspectos econômicos. Nesse sentido também, é o que complementa outra de suas diretrizes, ao estabelecer que os museus, em seus programas, projetos e ações educativas, devem estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, **respeitando as características,**

as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

A criação da Pnem, resultado de um processo construtivo a várias mãos, mentes e lutas, com a participação ativa de profissionais da área e de representantes das distintas redes de educadores em museus existentes no país, é herança de um campo que vem se consolidando e se fortalecendo ao longo de décadas, em meio às políticas culturais de uma forma geral e na estruturação da museologia e do setor museal no Brasil. É o que podemos perceber no texto, que integra este, escrito por Andréa Costa, Fernanda Castro e Ozias Soares, todos eles pesquisadores do campo e educadores museais em instituições no Rio de Janeiro. Os autores, em uma breve arqueologia da produção acadêmica no campo da educação museal, traçam uma história da área, demonstrando que a dimensão educativa está presente nos museus brasileiros desde sua gênese e o quanto tem sido fundamental a participação ativa e coletiva de diferentes atores, por meio de redes organizadas, na consolidação desse campo. Em seu texto, evidenciam que tanto a produção acadêmica, que segue em um movimento crescente, como a constituição de uma política pública específica reafirmam e demonstram que a educação museal se fortalece e se baseia no tripé prática-teoria-política.

Neste volume também podemos conhecer a experiência de educação museal desenvolvida no Museu Paraense Emílio Goeldi, por meio do seu programa institucional “O Museu Goeldi de portas abertas”, coordenado pela educadora Helena Quadros e por ela aqui apresentado. Por meio desse programa, o Museu Goeldi potencializa a ampliação do conhecimento da região amazônica, bem como contribui para a popularização da ciência. Embora seja um dos museus mais antigos em atividade no Brasil, criado em 1866, Quadros explica que o seu setor educativo foi instituído somente em 1983, quando as práticas educativas implementadas pela instituição foram repensadas, fruto de um projeto formativo de seu corpo de funcionários, com a participação de profissionais da área museológica de diversas partes do país. Esse ressignificar das práticas educativas permitiu que projetos duradouros e consistentes fossem implementados, como o ora apresentado, por meio de dinâmicas didático-pedagógicas interdisciplinares, integrando as diversas áreas científicas com as quais o Museu Goeldi atua, mas numa perspectiva participativa, acessível e com bases nos pressupostos da museologia social.

A reflexão que se segue é do educador Lopes Massango, de Moçambique, que, a partir do que chama ABC da Museologia (Ação, Biblioteca e Comunidade), aborda questões que tratam da atuação dos museus frente às novas tecnologias da informação, considerando sobretudo o impacto da pandemia da Covid-19 para o setor. A sua análise tem como base as políticas culturais do seu país de origem, mas dialoga bastante com a realidade de muitos museus brasileiros. Percebe-se como os museus ainda precisam investir e dar atenção à comunicação por meio virtual, potencializando ações e formando públicos, ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de capacitar os profissionais da área para atuarem com as novas tecnologias.

A última contribuição vem do professor José Luis Ferraro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que nos traz uma interessante explicação sobre a dimensão estética na sua intersecção entre a ciência e a educação, tendo como pano de fundo os museus de ciência. Para isso, o autor desconstrói mitos ou falácias ligados à educação, defendendo, entre outros pontos, que é preciso pensar os problemas da educação tendo como perspectiva uma realidade para a educação básica brasileira como um todo. Ademais, reforça que a educação pode se dar além do espaço escolar, concebendo os museus como importantes instituições do processo formativo humanístico, numa perspectiva democrática e cidadã, potencializando a relação entre a educação formal e não formal. Em diálogo com o exposto por Helena Quadros, Ferraro compreende os museus de ciência, a partir de suas práticas educativas potencialmente significativas, como uma ferramenta fundamental para o letramento científico e para a popularização da ciência como um compromisso social.

Não é minha intenção esgotar as possibilidades de leitura dos textos que inauguram essa série de livros, a qual visa contribuir para a difusão do conhecimento e a formação dos profissionais que atuam com a educação museal. Ao mesmo tempo, os textos desses autores de diferentes visões, formações e localidades geográficas certamente podem servir como vetores para a produção de novas pesquisas, projetos e ações na área.

Deixo ao leitor ou leitora também a tarefa de explorar este primeiro volume e os outros que virão, de modo que, a partir dos textos apresentados, possa refletir criticamente inclusive a respeito de sua própria prática e de sua vida diária no mundo dos museus. É nessa reflexão, que possa ser possível questionar como nós, enquanto agentes da educação museal,

estamos contribuindo para que o processo educativo seja efetivamente emancipatório, dialógico e voltado para o desenvolvimento integral dos grupos e comunidades com quem o museu atua intra e extramuros.

Que possamos então desver o mundo, como nos desafia o poeta, em *Menino do mato!* E nesse ato de desver, que possamos encontrar nas palavras (e nos objetos museais) novas coisas, novas poesias e novos significados no ato político da educação museal.

Átila Bezerra Tolentino
Mestre em Sociologia pela
Universidade Federal da
Paraíba

Notas

- 1 Para conhecer as reflexões de Maria Célia Santos, sugiro a leitura de SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.
- 2 CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.
- 3 Política Nacional de Educação Museal – Pnem foi instituída pela **Portaria/Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017**. Essa política também dispõe do **Caderno da Pnem**, uma publicação que apresenta um breve histórico da educação museal no Brasil, os caminhos do seu processo de construção coletiva e conceitos básicos relacionados à área. Tanto a portaria como o caderno podem ser acessados no link: <https://pnem.museus.gov.br/>.

POR UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSEAL NO BRASIL

Andréa Costa*
Fernanda Castro**
Ozias Soares***

Introdução

A Educação Museal não é uma prática recente no Brasil e seu surgimento pode ser considerado tão antigo quanto o dos próprios museus. Nos últimos 40 anos a pesquisa em Educação Museal abordou temas que vão da prática às políticas públicas, passando por questões teóricas e pela História da Educação Museal, seja num contexto mais geral, seja a partir da análise da história de algumas instituições ou processos educativos.

Nos trabalhos que tratam da história é possível identificar marcos temporais e fatos que detalham e ilustram, por vezes de forma difusa, diversos aspectos da educação museal a partir de referências e olhares de diferentes campos do saber, desde as artes até as ciências.

Nesse texto não pretendemos analisar ou narrar fatos. Vamos, eventualmente, citar aqueles que consideramos refletir características que demarcam diferentes períodos do desenvolvimento contínuo, embora não linear, da Educação Museal no Brasil. Pensando-a como fruto do desenvolvimento histórico dos próprios museus, da sociedade e da relação estabelecida entre indivíduos e grupos, convertidos em sujeitos históricos da formação promovida nos, por, com esses espaços e no âmbito dos processos museais.

A criação de museus

No Brasil, o século XIX é palco do surgimento das primeiras experiências museais, enquanto instituições científicas. A primeira delas foi o Museu

* Educadora museal na Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional/UFRJ e Docente no Departamento de Estudos e Processos Museológicos e na Escola de Museologia da UNIRIO. Licenciada em História (UERJ/FFP), Mestre e Doutoranda em Educação pelo PPGEdU/UNIRIO.

** Educadora museal no Museu Histórico Nacional/Ibram. Graduada em história, mestre e doutora em educação. Lidera o Grupo de Pesquisa “Educação Museal: conceitos, história e políticas. Professora Colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em História da UNIRIO.

*** Pesquisador no Serviço de Educação do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Graduado em Pedagogia, mestre em Educação e doutor em Ciências Sociais.

Nacional, fundado em 1818, no Rio de Janeiro, cuja criação se insere no contexto das “primeiras iniciativas mais organizadas de difusão da chamada ciência moderna” empreendidas no país (MOREIRA e MASSARANI, 2002, p.43) em decorrência da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

Na segunda metade do século são criadas outras instituições museais, dentre elas o Museu Militar do Arsenal de Guerra (1865), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), Museu Naval (1870), Museu Paranaense (1876) e Museu Paulista (1895). O país chega ao final do século com 11 museus, inicialmente voltados a um público seletivo, formado pela aristocracia local, por homens livres e abastados, viajantes estrangeiros, cientistas, artistas de prestígio e pelo clero católico (CHAGAS, 2009).

Quando e como surge o trabalho educativo

Os museus eram detentores naquele momento de uma dimensão educativa, se configurando em espaços em que ocorriam processos educativos de modo independente de uma atuação pedagógica mais consciente. De acordo com Sanjad (2010), os estatutos da Associação Filomática (1866), da qual se originou o Museu Goeldi, revelam a compreensão de um museu de história natural como organismo de instrução popular, tendo como missão a instrução pública, por meio palestras e cursos, dentre outras atividades.

A trajetória do Museu Nacional ao longo do século XIX é constituída, dentre outras iniciativas, por doação de material mineralógico, zoológico e botânico às escolas, acolhimento de escolares em visitas ao Museu, e pela criação dos Cursos Públicos (1876), compostos por palestras gratuitas, promovidas em horário noturno, e que visavam à promoção do ensino popular. Essas eram acompanhadas de desenhos, amostras de objetos e estampas murais e seus assuntos abordados “sob uma forma sintética de sorte a dar o preletor aos seus ouvintes uma resenha de fatos e conclusões fáceis de reter e de assimilar” (LACERDA, 1905). Destaca-se nessa iniciativa a participação de mulheres, impedidas de frequentar os cursos superiores existentes no país até 1879 (LOPES, 2003).

As Exposições Universais e as Exposições Pedagógicas, realizadas de modo concomitante, foram determinantes para a difusão do método do ensino intuitivo na Europa e nas Américas, a partir da segunda metade do século XIX. Uma das formas pela qual o método se popularizou foi o da “lições das coisas”, cuja prática demandava, dentre outros, a realização de visitas,

o uso de coleções zoológicas, botânicas e também de outros objetos que desenvolvessem nos educandos o exercício dos sentidos e da observação. O ensino intuitivo foi encarado como instrumento de superação da ineficiência escolar em um contexto de promoção da instrução elementar entre as classes populares e chegou ao Brasil como saber pedagógico que expressava os anseios de uma renovação educacional capaz de modernizar a nação via educação (SCHELBAUER, 2006). Diante desse movimento, ainda que o Museu Goeldi e o Museu Paulista não tenham incluído compromissos educacionais em seus regulamentos, a exemplo do que fez o Museu Nacional, todos os museus brasileiros destacaram a importância do caráter público e educativo de suas exposições (LOPES, 2003, 2009).

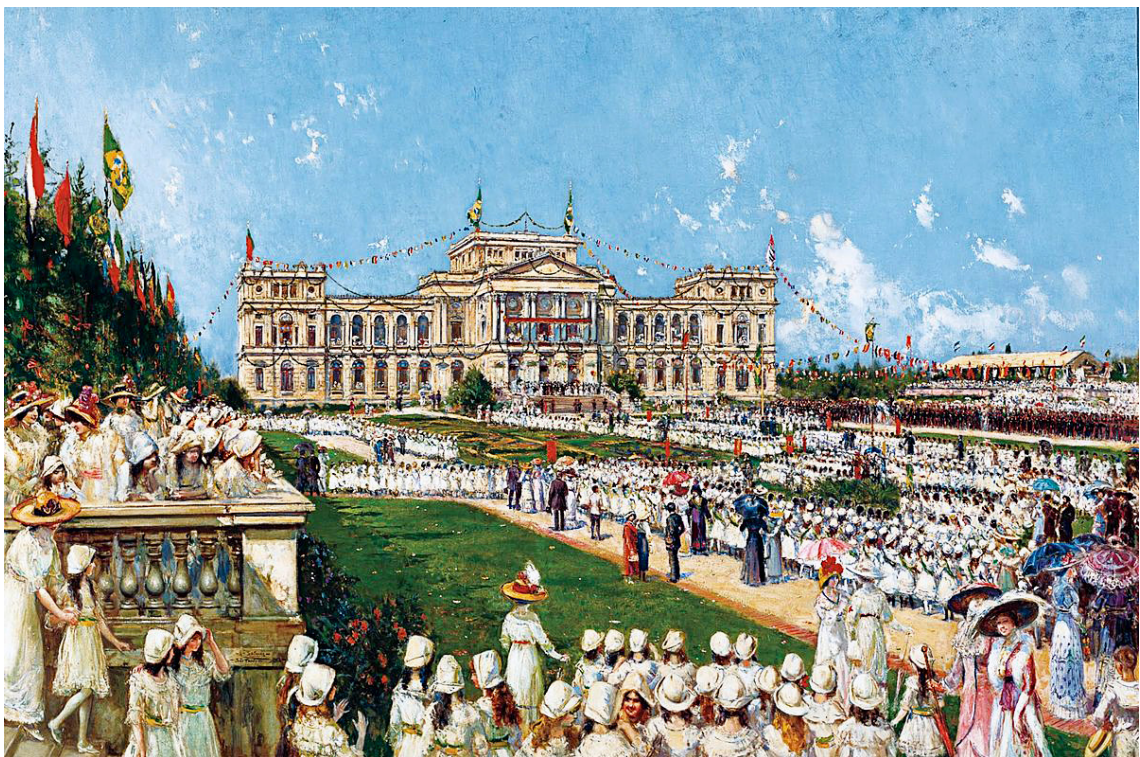


Figura 1. Festa escolar no Museu do Ipiranga. Óleo sobre tela.

Augustin Salinas y Teruel, 1912. Fonte: Google Arts & Culture/[Wiki Commons](#)

Não existem dados acerca do perfil dos visitantes dos museus à época. Certamente os mesmos não alcançavam a maior parte da população, contudo a frequência aos principais museus brasileiros no final do século XIX e início do século XX aponta para um crescente interesse da sociedade por essas instituições (POSSAS, 2005). De acordo com Lopes (2003, 2009), na busca por verbas e por comprovar o cumprimento de sua missão civilizadora, os museus trataram cuidadosamente do registro do número de visitantes,

revelando a preocupação destes em evidenciar a relevância social de seu trabalho junto às populações locais. Esses registros documentam que no ano de 1900, o Museu Goeldi foi visitado por 91.434 pessoas, o Museu Paulista recebeu 28.484 visitantes e o Museu Nacional contou com a presença de 23.318 pessoas (LOPES, 2009).

A virada para o século XX é, no âmbito museal, internacional e nacionalmente, marcada pela dicotomia entre ensino e pesquisa e por uma maior ou menor valorização dos aspectos educativos para públicos mais amplos, entre outros aspectos. No contexto, brasileiro, Museu Nacional e Museu Paulista se situaram em lados opostos, tendo o primeiro optado por ser um museu complexo e cada vez mais escolarizado e o último por desenvolver uma especialização cada vez maior (LOPES, 2009).

Os regulamentos adotados pelo Museu Nacional na década de 1910 revelam interesse em relação ao ensino e à divulgação. Para ampliar o número de visitantes, novas exposições foram inauguradas e, visando a orientar e facilitar as visitas, guias de coleções ilustrados e redigidos “de modo a alcançar a todos” foram produzidos. O horário de funcionamento passou de cinco dias na semana durante cinco horas, para seis dias da semana ao longo de oito horas, em 1916 e, a partir de 1919, diferentes seções do MN passam a produzir quadros murais que são enviados a muitos estabelecimentos de ensino (SILY, 2012). Lutz (1922) afirma que professores e estudantes usavam as exposições e os jardins do Museu, podiam assistir às palestras sobre história natural no auditório da instituição, espaço que também era utilizado para cursos voltados ao público em geral. De acordo com a autora, como desdobramento do trabalho realizado com as escolas, o Museu Nacional passara a ficar “cheio de crianças” que “não deixaram de vir” e o frequentavam, inclusive, fora do contexto das visitas escolares. O público anual, que raramente passava de 30 mil visitantes nos anos de 1900, fora sempre superior à 100 mil na década de 1910, chegando a 181.556 pessoas em 1915.

Quando e como surgem os setores educativos

O reconhecimento da função educativa do museu tem como marco, no Brasil, a criação do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE), em 1927. Tal iniciativa revela que a educação passa a ser compreendida como necessária na estrutura do museu, diante da existência de uma função educacional sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos (PEREIRA, 2009).



Figura 2. Postal de alunos em visita ao Museu Nacional, década de 1920.

Fonte: NUMUS/UNIRIO

O surgimento do primeiro setor educativo de um museu brasileiro integrou o amplo projeto de reestruturação do Museu Nacional, promovido por Edgard Roquette-Pinto, seu diretor à época, sob influência do Museu Americano de História Natural de Nova York (GILIOLI, 2008). Anos antes, Roquette-Pinto já havia se referido à divisa daquele museu, “Para o povo, para a educação, para a ciência”, defendendo a ideia de que “um museu (...) deve ser, antes de tudo, casa de ensino, casa de educação” (ROQUETTE-PINTO, 1918). Ele esteve pessoalmente no museu de Nova York em 1925 (RIBAS, 1990), ano em que a instituição deu início à construção de seu *School Service Building* (COSTA e GOUVÊA, 2020).

O mesmo museu também fora visitado em 1922 por outra profissional do Museu Nacional, Bertha Lutz, que na ocasião registrou o empréstimo de coleções que a instituição fazia para as escolas. Lutz, por meio de visitas a alguns museus estadunidenses, já atestava, naquele momento, o elevado nível de desenvolvimento do papel didático dessas instituições, assim como a relação estreita que as mesmas estabeleciam com as escolas (COSTA e GOUVÊA, 2020).

A criação do SAE se deu em meio aos debates que marcaram os anos de 1920 e que tinham como um de seus principais focos os problemas da educação

no país. No mesmo ano de sua fundação teve início a reforma educacional no Rio de Janeiro (1927-1930), promovida por Fernando de Azevedo, uma das várias empreendidas no país com o intuito de institucionalizar novos modelos de ensino pautados no movimento da Escola Nova (COSTA e GOUVÊA, 2020). Essa reforma implementou uma “nova proposta de constituição de museus escolares”, prescrevendo que cada escola tivesse seu museu próprio (VIDAL, 2000).

Em consonância com a política educacional vigente, o SAE concentrou as demandas por apoio educacional oriundas, sobretudo das escolas. Sua atuação visava a garantir aos professores o acesso aos diferentes materiais, como filmes, dispositivos, e acervos do MN, assumindo com uma de suas principais funções a orientação das escolas na montagem de seus museus (PEREIRA, 2010).

Assim como Bertha Lutz, Roquette-Pinto foi membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924. Ele assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado pela ABE no ano de 1932, o que só evidencia sua vinculação à uma geração de educadores influenciada por Anísio Teixeira, e que foi, segundo Lopes (1991), a responsável por introduzir as ideias de uso educacional dos museus no Brasil. Também fizeram parte dessa geração, educadores como Edgard Sussekind de Mendonça e Paschoal Lemme. Este chefiou o setor educativo do Museu Nacional entre 1942 e 1947 substituindo o primeiro que fora convidado, mas acabou por não integrar o quadro do Museu.

Apesar de pioneira, a criação da SAE não fez despontar o surgimento de setores educativos. Importantes iniciativas educativas foram conduzidas na ausência de setores educativos institucionalizados, como no caso das oficinas de arte para o público infantil organizadas por Ivan Serpa no MAM-RJ e ações educativas semelhantes no MAM-SP, ambas na década de 1950 (BEMVENUTI, 2004).

O Grupo de Trabalho Ação Educativa dos Museus elaborou um diagnóstico da ação educativa museal brasileira em fins dos anos de 1960. Tomamos como exemplo o Museu Histórico Nacional, que apesar de ter criado um setor educativo na década de 1950, no diagnóstico apontou-se para a ausência de pessoal e de recursos destinados à área neste museu, apresentando-se o Museu Nacional como o único museu a contar com serviço educativo organizado (FRECHEIRAS, 2015). O Museu Casa de Rui Barbosa, a Pinacoteca do Estado de São Paulo e os Museus Castro Maya estruturam seus setores

educativos na década de 1970, enquanto o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP), Museu Lasar Segall (IBRAM, 2014) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (QUADROS, 2019) o fizeram na década de 1980. No início dos anos de 2010, 48% dos museus brasileiros possuíam setores educativos (IBRAM, 2011).

O desenvolvimento do trabalho educativo nos museus

A Educação Museal brasileira se origina alicerçada no ideário escolanovista, que tem como importante referencial o educador estadunidense John Dewey, para quem os museus, assim como as bibliotecas, deveriam estar situados no centro do processo educativo (HEIN, 2004). A Escola Nova preconizou um novo método de ensino - mais prático, concreto e científico; e colocava as necessidades do aluno no centro das preocupações da escola, daí a necessidade de experimentações a partir de metodologias que favorecessem a atividade do aluno (SAVIANI, 2008). A atenção da nova pedagogia se voltou para a melhoria da escola e, sob a influência dela, o museu passou a concentrar seus esforços no apoio à instituição escolar, forjando assim uma relação de dependência em relação à mesma e consolidando a ideia, que atravessaria décadas, do museu como complemento da escola (LOPES, 1991).

A partir do final da década de 1920, é possível identificar a produção de livros e artigos para periódicos especializados, escritos por profissionais brasileiros, e que tratam do trabalho educativo desenvolvido pelos museus.

Alinhados ao pensamento educacional hegemônico desde meados da década de 1920, os primeiros livros nacionais acerca do uso educacional dos museus se voltaram ao tema “museus escolares”, abordando sua formação e orientando sobre sua manutenção e relevância pedagógica. São eles, a “Organização de museus escolares” (1936), de Leontina Silva Busch e “História Natural: assistência ao ensino” (1938), de Paulo Roquette-Pinto. Abordando os museus regionais, museus escolares, mostruários e coleções de estudo, foram publicados dois artigos na Revista Nacional de Educação (1932-1934), concebida por Edgard Roquette-Pinto. Os artigos são “Papel Educativo do Museu Nacional de História Natural”, de Mello-Leitão (1932) e “O Museu da Escola Regional”, de Maria Glória Valente (1933).

Ainda na década de 1930 temos, na Revista Estudos Brasileiros, a publicação do artigo “A função educadora dos museus” (1939), de Francisco Venâncio Filho. Neste, o museu é apresentado como instituição possuidora de

características educativas próprias e cuja atividade educacional é denominada como “extraclasse”, a exemplo do cinema e do rádio (CASTRO, 2018).

“A Função Educativa dos Museus”, de Bertha Lutz, escrito em 1933, mas somente publicado em 2008, bem como “Museus para o Povo” (1946), de José Valladares, resultam de viagens de estudo realizadas por seus autores aos Estados Unidos. Valladares aborda as atividades de “difusão cultural” do museu junto a diferentes públicos. Atenta para as especificidades desta relação, assim como para a necessidade de se conquistar novos públicos, o que demandaria funcionários especializados para a ação educativa nos museus (CASTRO, 2018). Bertha Lutz, por sua vez, destaca as potencialidades do museu para a promoção da “educação visual”, a educação a partir do objeto. Aborda a parceria museu-escola no processo de formação dos sujeitos, a partir da integração entre públicos, instituições e diferentes metodologias e abordagens (CASTRO, 2018).

Edgard Sussekind de Mendonça, usa o termo “extensão cultural” para designar o trabalho educativo desenvolvido pelos museus e por outras instituições, que atuavam na “educação assistemática”. Em “A Extensão Cultural nos Museus” (1946), Mendonça, que afirma que o museu deveria ser “considerado sócio solidário na tarefa educativa e não apenas sócio benfeitor (...)”, aborda as influências recíprocas que devem existir entre museus e escolas, teorizando sobre essa relação e apresentando ideias para concretizá-la (CASTRO, 2018). Segundo Valente (2020), a publicação espelha o pensamento educacional (escolanovista) aplicado aos museus em sua época, no qual o autor antecipa que a consolidação de uma “pedagogia dos museus” era uma das dificuldades encontradas na busca pelo melhor uso do museu enquanto instrumento educacional. A existência de uma orientação pedagógica faria com que o museu pudesse ser acessado por um público mais diversificado (VALENTE, 2020).

Na década de 1950, três seminários sobre a função educativa dos museus organizados pela UNESCO se configuraram em “marco definidor e orientador da questão educativa nos museus modernos, assim como do papel e da atuação dos seus Setores Educativos” (SEIBEL-MACHADO, 2009, p.20). O Seminário Internacional “Sobre o papel educativo dos museus na Educação”, realizado em 1952, na cidade de Nova York, o Seminário Internacional realizado em Atenas, no ano de 1954, e o Seminário Regional “A Função Educativa dos Museus”, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, promoveram tanto o debate quanto a sistematização das práticas educativas museais já desenvolvidas.



Figura 3. Participantes do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, 1958, Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro. Fonte: NUMUS/UNIRIO.

Não houve representação brasileira no Seminário de 1952, contudo no de 1954 esteve presente Victor Stawiarski, educador do Museu Nacional e único representante do Brasil no evento (COSTA e GOUVÊA, 2020).

A realização do Seminário Regional da UNESCO no Brasil estimulou a edição, em 1958, de publicações nacionais acerca do tema. É o caso de “Recursos educativos dos museus brasileiros”, de Guy de Hollanda; “Museus e educação”, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros e “O Museu Ideal” de Regina Real. Esta, em anos anteriores, já havia publicado artigos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, intitulados “Os museus de arte na educação” (1944) e “Os museus e a educação” (1952). Neste último, apresenta o museu como um meio de educação e afirma que a “educação ativa por meio do museu” é a chave para se apreender a mensagem dos objetos museais.

Iloni Seibel-Machado (2009) afirma que não foram explicitados os referenciais teóricos que embasaram as discussões em torno da educação museal e da atuação dos setores educativos no âmbito dos Seminários promovidos pela UNESCO. Conclui, no entanto, que os aspectos metodológicos prescritos

pelos eventos, assim como a ênfase dada aos interesses, necessidades e capacidades dos públicos visitantes, apontam para a influência dos princípios da Escola Ativa, cujos métodos eram, naquele momento, aplicados no sistema educacional estadunidense. Nesse sentido, ainda na década de 1950, verificou-se a escolarização da prática educativa museal.

Na década de 1970 acontecem importantes transformações no universo museal pelo mundo e o Brasil não fica de fora dessa movimentação. Surgem a todo vapor Centros Culturais e de Ciências, com propostas educativas pautadas na interação e participatividade do público.

Neste momento também se iniciam, com maior atenção do poder público e organicidade nas instituições, as primeiras tentativas de sistematização e organização de políticas públicas específicas para o campo museal, que culminaram na criação do Programa Nacional de Museus, em 1985. Com vida curta, porém com propósitos bem definidos, no que diz respeito à educação museal, esse programa promoveu ações de formação, publicação de materiais e diretrizes para a atuação educativa nos museus brasileiros.

A produção acadêmica é imprescindível para a consolidação de um campo. Os trabalhos que marcam a produção de conhecimento em educação museal no meio acadêmico nacional remontam ao início da década de 1980, quando foram defendidas as primeiras dissertações de mestrado vinculadas ao mesmo.

As precursoras pesquisas acadêmicas foram desenvolvidas em programas de pós-graduação sediados em instituições públicas e privadas localizadas nos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Os trabalhos em questão foram os de Maria Célia Moura Santos, “Museu-Escola: uma experiência de integração” (1981), na Universidade Federal da Bahia; Maria Cristina Bruno, “O Museu no Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica (1984), na Universidade de São Paulo (USP); Vera Maria Alencar, “Museu e educação: se faz caminho ao andar...” (1987), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e Maria Margaret Lopes, “Museu: uma perspectiva de Educação em Geologia” (1988), na Universidade Estadual de Campinas.

Nos anos de 1990, Sibeles Cazelli defendeu “Alfabetização Científica e os museus interativos de ciências” e Beatriz Freire, “O Encontro Museu/Escola: o que se diz e o que se faz”, ambas em 1992, na PUC-Rio, enquanto Alberto Gaspar defenderia, em 1993, a dissertação “Museus e Centros de Ciências:

conceituação e proposta de um referencial teórico”, pela USP (SEIBEL-MACHADO, 2009) e Maria Esther Valente apresentaria “Educação em museu: o público de hoje no museu de ontem” (1995) pela PUC-Rio. Desde então, o número de dissertações e teses acerca da Educação Museal cresce a cada ano, mesmo na ausência de programas de pós-graduação especializados no campo.

É no século XX, entretanto, que as políticas públicas específicas da Educação Museal vão ser estruturadas de forma continuada, a partir de uma intensa participação popular que dá contorno à dinâmica estabelecida ao longo da trajetória da Educação Museal no Brasil e que se constituiu a partir da conjunção de três aspectos fundamentalmente: o prático, o teórico e o político.

O triplo caráter da História de Educação Museal no Brasil: história das práticas, história das políticas e história do desenvolvimento do campo científico-teórico

Consideramos que a História da Educação Museal vem se construindo de forma não linear, com avanços e retrocessos, com características distintas de algumas fases, mas que se apresentam de forma desigual ao longo dos 200 anos de museus no Brasil.

Sintetizamos aqui esse desenvolvimento histórico em três momentos: (1) o da **criação dos museus**, com uma dimensão educativa inerente a essas instituições, que perdurou do século XIX até a segunda década do século XX; (2) o da **institucionalização dos processos educativos**, onde se reconheceu a função educativa das instituições, que tem como marco inaugural a criação do primeiro setor educativo de museus no país, em 1927, e (3) o período mais recente em que surgem e tomam corpo as **pesquisas acadêmicas e profissionais** na área e em que se inicia uma maior consolidação e convergência de **políticas públicas de Educação Museal**, a partir da década de 1980, e que repercute no desenvolvimento e consolidação de um campo que se pode considerar prático, teórico e político.

Nesse sentido consideramos que é possível compreender a Educação Museal a partir do **tripé prática-teoria-política**. A partir dessa compreensão, entende-se que a prática vem sendo historicamente construída desde o surgimento dos primeiros museus, tendo recebido ao longo do tempo diferentes denominações (vide verbete Educação

Museal do Caderno da Pnem) e manifestando-se em diversas formas de fazer educativo-pedagógico. Isso permitiu, inclusive, o desenvolvimento de diferentes processos reflexivos e analíticos acerca dos processos educativos e das influências pedagógicas que receberam nessa circunstância, o que culminou na conformação de um campo teórico-conceitual, ainda em consolidação.

A combinação entre prática e teoria pedagógica existe nos museus pelo menos desde o segundo momento que aqui destacamos, como podemos observar ao analisar obras de educadores como Bertha Lutz, Edgard Sússekind de Mendonça e José Valladares, cujas reflexões datam das décadas de 1930 e 1940.

O desenvolvimento da Educação Museal, nesse contexto, não se deu à parte de imposições, manifestações e regulações do campo político, seja no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas, seja por meio da atuação política, por vezes militante, dos sujeitos da História da Educação Museal.

Cada um desses aspectos foi crucial para que cheguemos no século XXI com a Educação Museal sendo consolidada como um campo teórico-prático político. No Brasil, observamos a particularidade de uma definição conceitual que surgiu de um processo participativo de construção da Política Nacional de Educação Museal, que reuniu quem está no dia a dia realizando as ações educativas nos museus, as pesquisas na área e as políticas públicas.

Essa característica da realidade brasileira é permeada pela atuação de sujeitos, instituições e do poder público, como veremos a seguir.

Como se faz a História da Educação Museal no Brasil hoje: sujeitos, pesquisas, produção de conhecimento e participação política

O exercício de síntese de uma história flagrantemente diversa tal como a Educação Museal brasileira, forçoso é reconhecer que não se trata de tarefa fácil. Tampouco, é objetivo deste texto, como observamos anteriormente, apresentar um estado da arte da História da Educação Museal brasileira, o que exigiria um esforço de maior fôlego.

Sobre os sujeitos dessa história, cabe reiterar que os primeiros museus ocidentais, herdeiros de uma tradição ancorada no colecionismo de feições aristocráticas e de distinção social, surgem com uma proposta de exibição, sem uma preocupação, *a priori*, com a experiência dos públicos. Logo adiante

passam a utilizar as coleções para auxiliar nas pesquisas, em especial, no campo das ciências da natureza. Ainda outro papel fundamental atribuído aos museus foi o seu lugar como espaço de reforço de símbolos de identidade nacional. Ora, de uma ou de outra forma, o século XX já desponta sob uma perspectiva de recepção de diferentes públicos nos museus. No caso brasileiro, não é demasiado apontar, como vimos, a história da Educação Museal aparece conectada à própria gênese histórica dos museus.

Nas linhas que se seguem, sob pena de deixar de registrar eventos, instituições e produções importantes neste processo, dado o caráter sintético a que nos propomos nesse texto, queremos tão somente colocar novamente em evidência aspectos demarcadores de uma riqueza e potencial que delineiam o trabalho educativo nos museus brasileiros.

Nessa trajetória, **já identificamos um triplo movimento de crescimento e consolidação do campo museal brasileiro, ao mesmo tempo distintos, porém interligados entre si.**

No primeiro momento que apresentamos, o do surgimento dos museus, os números informam sobre o incremento na criação de museus, em especial a partir da segunda metade do século XX. Até a virada do século XIX para o XX, havia 11 museus no Brasil, conforme o Cadastro Nacional de Museus, com destaque para a iniciativa do poder público. Somente na década de 1970 foram criados 187 museus, nesse momento observamos também uma atuação da iniciativa privada mais significativa do que em períodos anteriores. Nas três décadas seguintes, mais de mil museus foram organizados no país (IBRAM, 2011, p.59).

No segundo movimento, que refere-se à institucionalização da Educação Museal, identificam-se o incremento da prática educativa, a criação de setores educativos nos museus, a oferta de cursos e de formação para a atuação, pesquisas e estudos sobre as mais diversas dimensões do campo museal. Enfatizamos aqui a importância da contribuição de profissionais que atuaram de forma pioneira em suas instituições, como os exemplos já apresentados.

No terceiro movimento, que tomou forma a partir dos primeiros anos deste novo século e é marcado pela consolidação do caráter político da Educação Museal - em termos de políticas públicas e de atuação política -, é a criação das redes de educadores em museus (REM) e a construção participativa da Política Nacional de Educação Museal, com seus diversos atores, que se destacam. Nascidos de forma engajada e militante, esses espaços-tempos

configuram-se, conforme definem Mona Nascimento e Leane Gonçalves, como uma “organização voluntária e informal que funciona principalmente como espaço político e de formação para educadores museais” (2019).

O objetivo da criação dessas redes autônomas foi articular e integrar educadores museais na discussão teórica e conceitual, realizar visitas técnicas, elaborar coletivamente proposições educativas, ações variadas e promover formação específica para o fortalecimento do campo. Nascimento e Gonçalves (idem) destacam o papel fundamental que as redes tiveram no processo de construção da Política Nacional de Educação Museal (Pnem), mas acentuam também que algumas dessas mesmas redes foram criadas a partir das discussões da Pnem, num movimento simbiótico. Atualmente no Brasil, existem 19 REM, de representação estadual e local, portando diferentes nomes e siglas e que se articulam em torno da REM Brasil – Rede de Educadores em Museus do Brasil.

Esse triplo movimento – **aumento no número de museus, oferta de formação e pesquisa e a criação de redes de educadores em museus e da Pnem** – a nosso ver, estaria na base de duas expressões bastante visíveis no campo museal: o fortalecimento de políticas públicas e o incremento na produção acadêmica e eventos.

No que respeita à primeira expressão, vimos surgir nas duas primeiras décadas deste século um conjunto de iniciativas no âmbito das políticas públicas que, embora sempre sob riscos de descontinuidades e rupturas, apontam para a consolidação da Educação Museal brasileira. Fernanda Castro e Ozias Soares (2018) identificaram neste período 19 iniciativas das mais diversas que conformam políticas públicas, dentre as tais, a Política Nacional de Educação Museal. Além dessas, os autores assinalam a existência de mais de 50 portarias e instruções normativas atinentes ao campo museal, organizadas desde o ano de 2006 até 2018 (CASTRO e SOARES, 2018, pp. 39,40).

A Pnem destaca-se como um esforço coletivo, que promoveu a construção participativa de referenciais (políticos, teóricos, metodológicos e práticos) e atendeu a demandas históricas de instituições e profissionais, no que concerne à Educação Museal no Brasil. Sua importância pode ser percebida pelo número de estudos já realizados que mencionam seu processo de construção (CASTRO, 2018, 2019; CHAVES, 2015, MELO, 2015, MORAIS, 2019) que durou de 2010 a 2017 e sobre sua publicação síntese, o [Caderno da Política Nacional de Educação Museal](#), de 2018.



Figura 4. Participantes do II Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, PUC-RS, Porto Alegre, 2017. Créditos: Doni Maciel.

O protagonismo das REM nesse contexto é também fato relevante e levou ao reconhecimento das redes pelo poder público e à ocupação de importantes espaços, como o Caderno e o site da Pnem, além da publicação de documentos fundamentais para o desenvolvimento desse processo, como é o caso da [Carta de Petrópolis](#) (2010), [Carta de Belém](#) (2014) e [Carta de Porto Alegre](#) (2017), instrumentos essenciais na luta pela publicação da Pnem.

Quanto à outra expressão aqui aludida como resultante dos movimentos a que nos referimos, trata-se da crescente produção bibliográfica relativa à Educação Museal. Destacamos, entretanto, a presença de um conjunto de desafios que está na base de qualquer iniciativa de fazer a “arqueologia” dessa produção. O primeiro deles é a diversidade própria do campo museal: temos museus de diferentes temáticas e tipologias; museus com diferentes vínculos administrativos (públicos e privados); museus de diferentes portes e com equipes de diferentes tamanhos. Um segundo desafio trata-se da aproximação e ligações da Educação Museal com as diversas modalidades e áreas da educação.

Desse modo, vamos encontrar, por exemplo, uma produção bibliográfica oriunda de museus de arte em publicações e eventos desta área; do mesmo

modo, encontramos reflexões e estudos oriundos de museus de ciências em eventos e publicações associadas a esta área. Os exemplos poderiam ser aqui multiplicados para outras tipologias e temáticas presentes nos diversos museus brasileiros. A pesquisa de Adriana Emerich (2017), realizada a partir de uma abordagem bibliométrica, evidenciou principais desafios em identificar a produção em Educação Museal dada a sua dispersão por áreas e subáreas no portal de Periódicos da Capes. Embora reconhecendo os limites de busca em uma base de dados, caberia pensar na possibilidade de estratégias e iniciativas que pudessem congregar e dar maior visibilidade à produção da Educação Museal brasileira.

Em levantamento recente no Diretório de grupos de pesquisas do CNPq, Ozias Soares e Carla Gruzman (2019) colocaram em evidência o crescimento significativo de espaços e programas nos quais as temáticas museais são acolhidas. Os autores utilizaram os termos “educação não formal”, “museus”, “educação em museus” e “museu e educação”, na ferramenta de busca do Diretório.

O estudo levou em consideração que os termos poderiam figurar em “nome do grupo”, ou “nome da linha de pesquisa”, ou em “palavras-chave da linha de pesquisa”. Desse modo, identificaram que havia três vezes mais grupos e linhas de pesquisas em 2019 do que em 2004 em que figuravam os termos “museus”, “educação em museus” e “museu e educação”. O termo “educação não formal”, que em 2004 aparecia em 23 iniciativas, no ano de 2019, o Diretório apontava para 125 grupos/linhas de pesquisas (SOARES e GRUZMAN, 2019, p.123-124). Neste contexto, merece ainda destaque a ampliação exponencial dos cursos de museologia no Brasil (TANUS, 2013).

Muitos trabalhos sobre a história do trabalho educativo museal brasileiro ou como ele vem se constituindo nos permitem perceber a existência de, pelo menos, oito facetas dessa produção, já apontando aqui a necessidade da realização desse “inventário”. Em alguns casos, essas dimensões ou facetas se justapõem num mesmo texto, ao apresentarem experiências institucionais. São elas: (1) textos que abordam a constituição das áreas educativas; (2) experiências de formação; (3) reflexões sobre mediação e suas metodologias; (4) experiências de parcerias, trabalho colaborativo e redes; (5) pesquisas, produção de conhecimento em Educação Museal; (6) experiências com exposições e objetos; (7) experiências com a diversidade de públicos; e (8) experiências e reflexões sobre a Educação Museal na cibercultura.

Portanto, ressaltamos a existência de um conjunto bibliográfico e documental que vem sendo “descoberto”, revisitado, ou simplesmente colocado em evidência em tempos recentes pela eclosão das pesquisas e estudos no campo da Educação Museal.

Neste sentido, entendemos ser possível, a partir das oito facetas da produção destacadas acima, reuni-las em dois grandes grupos. Um primeiro deles busca apresentar **o museu, suas práticas educativas e a constituição de suas áreas educativas**. Seleccionamos alguns trabalhos, dentre uma robusta biblioteca, desde a década de 1980 que, em nossa classificação, exemplificam este primeiro grupo. São eles: Alencar (1987); Bruno e Vasconcellos (1989); Cabral Santos (1997); Seibel-Machado (2001, 2009); Albernaz (2008); Pereira (2010); Sily (2012); Falcão et al. (2013); Nascimento (2013); Monaco (2013); Braga (2014).

Deixamos evidente que essas fontes citadas referem-se apenas a uma diminuta fração da crescente produção sobre o trabalho educativo museal. Trata-se tão somente de um agrupamento de exemplos nos quais o registro da história educativa dos museus é trazido. Um conjunto expressivo de outros trabalhos educativos desenvolvidos por setores educativos de museus pode ser observado na publicação do Prêmio Darcy Ribeiro – “Educação Museal – experiências e narrativas” (IBRAM, 2012, 2012a), nas publicações do Museu de Ideias (RANGEL et al., 2013; COSTA et al., 2017, 2018, 2019), no Caderno da Pnem (IBRAM, 2018), na Bibliografia Seleccionada do CECA-Brasil, bem como em diferentes mídias (vídeos, sites, blogs, mídias sociais, entre outras).

Na mesma linha de apresentar registros dessa produção da história em Educação Museal, encontramos o segundo grupo que, em nossa categorização, toma **o trabalho educativo como plataforma de reflexão crítica sobre os processos de formação humana, discussão sobre modelos epistemológicos e filosóficos e concepções de educação**. Apenas para um recorte nas duas últimas décadas, como exemplos, citamos os trabalhos de Grinspum, (2000), Queiróz et al. (2002), Fahl (2003), Bemvenuti, (2004), Valente (2004), Bonatto, Seibel e Mendes (2007), Moraes et al., (2007), Souza (2014), Consiglio (2016), Dutra e Nascimento, (2016), Viana de Souza (2016), Chiovato (2018), Cazelli (2018), Rangel (2018) e Xavier (2020).

Aqui também reiteramos que a linha divisória entre os dois grupos nem sempre é nítida num mesmo texto, o que pode ser observado em algumas

produções. Ou seja, na descrição e apresentação de um trabalho educativo, nada impede que haja uma reflexão crítica sobre seus próprios processos e fundamentos.

Notamos nesses exemplos que a produção acompanha o próprio movimento de consolidação do campo da Educação Museal. O repertório que alimenta essa história e essa memória da Educação Museal vem crescendo a cada ano. Todavia, estamos convencidos de que a tarefa e os desafios são grandes. Há condições sociais determinadas e objetivas, em especial no campo das políticas públicas, que dificultam esses registros e produção de conhecimento.

À guisa de um desfecho não conclusivo

Tendo em vista que a Educação Museal ergue-se sobre o tripé prática-teoria-política, temos que seus profissionais são produto e produtores da própria história, sendo sujeitos da transformação social dos museus e, em consequência, da sociedade que pertencem, seja pensando e criando reflexões e propostas conceituais sobre e para sua prática, seja transformando-as em prática pedagógica ou prática política.

Apresentamos brevemente uma análise sobre a História da Educação Museal no Brasil, a partir de uma perspectiva abrangente, que pretendeu identificar e caracterizar em três grandes movimentos o desenvolvimento de sua trajetória, ao invés de narrar ou pontuar fatos históricos.

Considerando a criação dos museus, dos seus serviços educativos e das pesquisas, da produção de conhecimento e das políticas públicas da área, entendemos que podemos salientar aspectos da prática, do desenvolvimento de teórico e conceitual e da atuação política dos agentes dessa História.

Esperamos com essas reflexões apontar os caminhos, já abertos por tantos que nos precederam, para o reconhecimento da História da Educação Museal como um fazer-se calcado na luta de seus profissionais, em constante diálogo com a sociedade e com a preocupação cotidiana com a função social dos museus e com o envolvimento de seus diversos públicos na sua concretização.

Referências e sugestões para quem quer saber mais sobre o assunto

ALBERNAZ, Maria Beatriz. Historiografia das atividades educativas no Museu Casa de Rui Barbosa (1930-2005). Relatório de pesquisa. RJ: FAPERJ/FCRB, 2008.

ALENCAR, Vera Maria Abreu de. Museu-educação: se faz caminho ao andar... 1987. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

[BEMVENUTI, Alice. Museus e Educação em Museus - História, Metodologias e Projetos, com análises de caso: Museus de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. PPGAV, UFRGS. 2004.](#)

[BONATTO, M.P.; SEIBEL, M.I.; MENDES, I.A. Ação Mediada em museus de ciências: o caso do Museu da Vida. In: **Diálogos & Ciência**./org. Massarani, L.; Merzagora, M.; Rodari, P. – Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. p. 47-54.](#)

[BRAGA, R. C.A.. Os diálogos entre o Núcleo Educativo do Museu da Língua Portuguesa e os professores. In: **Revista Musas** \(IPHAN\) , v. 6, p. 248, 2014.](#)

BRUNO, Maria Cristina O.; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. In: **Revista de Pré-História**, São Paulo: IPH, USP, n. 7, p. 165-186, 1989.

CABRAL SANTOS, Magaly. Lição das coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial. 1997. 137 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

[CASTRO, Fernanda. Construindo o campo da educação museal: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal. Tese Doutorado. PPGE, UFF, 2018.](#)

[_____. A Construção do Campo da Educação Museal: Políticas Públicas e Prática Profissional. In: **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, maio, 2019, p. 90-114.](#)

[CASTRO, Fernanda S. R. ; SOARES, Ozias de Jesus . Políticas Públicas: garantia do direito à cultura e à memória. In: **Revista MOUSEION** \(UNILASALLE\), v. 1, p. 30-42, 2018.](#)

CAZELLI, Sibeles. Construindo uma Educação Museal: três décadas de prática-pesquisa-prática no MAST. In: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-246, June 2011.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM: 2009.

CHAGAS, M. & MACRI, M. A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco. Rio de Janeiro : Museu da República, 2019.

CHAVES, V. da C. (2015). O Plano Nacional de Educação Museal (Pnem) e sua articulação na Região dos Inconfidentes. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**, 4(8), 223 - 238.

CHIOVATO, Mila. Educação Museal na Pinacoteca: uma história em ação. In: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.

CONSIGLIO, T. Falando de arte: mediação cultural e tradução no Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba. In: **Revista MUSAS (IPHAN)**, v. 7, p. 144-161, 2016.

COSTA, A.; RANGEL, A.; HENZE, I. A. M.; VALENTE, E.; SOARES, O. J.; HORTA, V. (Orgs.). *Crianças no museu: mediação, acessibilidade e inclusão: Museu de Ideias*, edição 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2017. v. 1. 118p.

COSTA, A.; RANGEL, A.; Castro, F. S. R.; HENZE, I. A. M.; VALENTE, E.; SOARES, O. J. (Orgs.). *O Lugar da Educação nos museus*. 1. ed. Rio de: Museus Castro Maya, 2018. v. 1. 104p.

_____. (Orgs.). *A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2019. v. 1. 77p.

COSTA, Andréa; GOUVÊA, Guaracira. Educação museal no Brasil pré-seminário de 1958: a atuação precursora do Museu Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 52, Agosto de 2020, p. 28-48.

DUTRA, S. F.; NASCIMENTO, S. S. A educação no entre lugar museu e escola: um estudo das visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto. In: **Revista Educação**, v. 39, n. 4, p. s125-s134, 31 dez. 2016.

EMERICH, Adriana Malaman. *Estudo bibliométrico no Portal Capes: termos e conceitos em educação em museu*. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Ppact, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.

FAHL, Deise Dias. *Marcas do ensino escolar de Ciências presentes em Museus e Centros de Ciências: um estudo da Estação Ciência - São Paulo e do Museu Dinâmico de Ciências de Campinas (MDCC)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2003.

FALCÃO, Douglas; Coimbra, Carlos Alberto Quadros; Cazelli, Sibebe; Valente, Maria Esther Alvarez. *O programa educativo do Museu de Astronomia e Ciências Afins*. In: **Ensino em Re-Vista**, n. 1, 30 jul. 2013.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)*. Tese de Doutorado. PPGE, UFRGS, 2017.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *Educação em museus: um mosaico da produção brasileira de 1958*. In: **Revista Mouseion**, Canoas, n. 19, p. 53-66, Unilasalle, dez. 2014.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional : o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)*. Dissertação de Mestrado. PPGE, UFRGS, 2013.

FRECHEIRAS, Kátia. *Do palácio ao museu: a trajetória pedagógica do Museu da República do governo bossa nova à ditadura civil-militar (1960-1977)*. Petrópolis: KBR Editora Digital, 2015.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRINSPUM, Denise. *Educação para o patrimônio: Museu de arte e escola: Responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. 148 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HEIN, George E. John Dewey and Museum Education. In: Curator: **The Museum Journal**, California, v.47, n. 4. p. 413—427, 2004. p. 418.

[IBRAM. Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: Ibram, 2019.](#)

[_____ . Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: Ibram, 2018.](#)

[_____ . Educação museal: experiências e narrativas / Ibram. – Brasília: Ibram, 2012. \(Prêmio Darcy Ribeiro 2008\)](#)

[_____ . Educação museal: experiências e narrativas / Ibram. – Brasília: Ibram, 2012a. \(Prêmio Darcy Ribeiro 2010\)](#)

[_____ . Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 8, 2018. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.](#)

[_____ . Museus em Números volume I. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.](#)

[KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil, In: Chagas, M., S., \(org.\) Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, 2005. pp. 184-205.](#)

[LACERDA, João Batista de. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.](#)

[LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. In: **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes/Unicamp, n.40, dez.1991, p. 443-445.](#)

[_____ . Imagens das “ciências dos museus” no Brasil no século XIX. In: SOUSA, Cidoval Morais de; PERIÇO, Nuno Marques; SILVEIRA, Tatiana Scalco \(orgs.\). **A Comunicação Pública da Ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.](#)

[_____ . O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: DF: Ed. UnB, 2009.](#)

[LUTZ, Bertha. The National Museum of Brazil. In: **Revista Museum Work**, Nova Iorque, vol.V, nov-dez, 1922.](#)

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. Tese Doutorado – FE, USP, 2011.

MELO, Manuela Dias de. Educação museal: reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar. Dissertação de Mestrado. PPGE, UFPE, Recife, 2015.

MONACO, Luciana M. O setor educativo de um museu de ciências: um diálogo com as comunidades de prática. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MENDONÇA, Edgard Sússekind de. A extensão cultural nos museus. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MORAES, Roque; BERTOLETTI, Jeter, J; BERTOLETTI, Ana Clair; ALMEIDA, Lucas Sgorla de. Mediação em museus e centros de ciências: O caso do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. In: **Diálogos & Ciência**./org, Massarani, L.; Merzagora, M.; Rodari, P. – Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. p. 55 - 66.

MORAIS, Adrielly Ribas. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM MUSEUS: Uma breve trajetória de políticas atreladas às diretrizes internacionais e nacionais. Comunicação oral. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 20 a 23 de agosto de 2019, São Luiz Maranhão.

MOREIRA, Ildeu de C.; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, Ildeu de C.; BRITO, F. (orgs.) **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, nº 52, agosto de 2020.

NASCIMENTO, S. S. DO. A relação museu e escola: um duplo olhar sobre a ação educativa em seis museus de Minas Gerais. In: **Ensino em Re-Vista**, n. 1, 30 jul. 2013.

NASCIMENTO, Mona; GONÇALVES, Leane Cristina Ferreira. Educação museal em rede: Surgimento e atuação das redes de educadores em museus no Brasil. In: **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 140-154.

[PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Educação museal. Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Dissertação Mestrado – PPGPMUS, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.](#)

[POSSAS, Helga C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia G.; VIDAL, Diana. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília: DF: CNPq, 2005.](#)

[QUADROS, Helena do S.A. Epistemologia da Educação Museal na Amazônia Paraense: um estudo sobre o Programa O Museu Goeldi de Portas Abertas. Tese \(Doutorado\) Instituto de Ciências da Educação \(ICED\), Universidade Federal do Pará \(UFPA\), Belém, PA, 2019.](#)

[QUEIROZ, G. R. P. C.; KRAPAS, Sonia; VALENTE, Esther; DAMAS, Eduardo; FREIRE, Fernando; DAVID, Erika. Construindo Saberes da mediação na Educação em Museus de Ciências: O Caso dos Mediadores do Museu de Astronomia e Ciências Afins/Brasil. In: **Revista Brasileira de Pesquisa Em Educação Em Ciências**, Porto Alegre, 2002, v. 2, n. 2, p. 77-88.](#)

[RANGEL, Aparecida M. S. Educação Museal em Museus-Casas: desafios e possibilidades no Museu Casa de Rui Barbosa. In: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.](#)

[RANGEL, Aparecida, CASTRO, Fernanda, VALENTE, Esther, SOARES, Ozias \(orgs.\). Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Ideias. Rio de Janeiro : Museus Castro Maya, 2013.](#)

[REAL, Regina M. Os Museus e a Educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. vol.XVIII,n.48, out-dez, 1952.](#)

[RIBAS, João Baptista C. O Brasil é dos Brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto. Dissertação \(Mestrado\) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1990.](#)

[ROQUETTE-PINTO, Edgard. Centenário do Museu Nacional. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 22, p. 27-30, 1919.](#)

[SANJAD, Nelson. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. \(orgs.\) In: **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.](#)

[SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, 2006. \(Coleção Museu, Memória e Cidadania\).](#)

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008, p.7-11.

[SCHELBAUER, Anelete R. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. \(Org.\). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR, 2006, v. , p. 1-23.](#)

SEIBEL-MACHADO, Iloni. Centro de Educação em Ciência do Museu da Vida: atribuições, experiência e dinâmica de funcionamento. In: **Educação para a ciência: curso para treinamento em centros e museus de ciências**/Silvério Crestana (coord.); organizadores Silvério Crestana – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2001.

[SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura \(1987 a 2006\) e a experiência do Museu da Vida. Tese Doutorado – Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas, 2009.](#)

[SILY, Paulo Rogério M. Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu Nacional \(1818-1935\). Tese de Doutorado. Proped-UERJ. Rio de Janeiro, 2012.](#)

[SOARES, Ozias; GRUZMAN, Carla. O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panoramas e perspectivas. In: **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 115-139.](#)

[SOTO, Moana. Quem educa no templo das musas? Reflexões e caminhos ao pensar a formação dos educadores em museus. Dissertação Mestrado – ULHT, Departamento Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes, Lisboa, 2010.](#)

[SOUZA, Kaliane Barros de. “Hoje tem visita lá no museu”: estudo museológico de visita orientada no parque zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Orientador: Luiz Tadeu da Costa. 2014. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso \(Bacharelado em Museologia\) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.](#)

[TANUS, G.F.S.C. A trajetória do ensino de museologia no Brasil. In: **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, 2, 3, 2013, 76-88.](#)

VALENTE, Maria Esther A. Educação em museus: o público de hoje no museu de ontem. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1995.

[_____](#). O museu de ciência: espaço da história da ciência. In: **Revista Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 53-62, 2005.

[_____](#). Panorama da história da educação museal no Brasil: uma reflexão. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 52, Agosto de 2020, p. 49-63.

[VIANA DE SOUZA, Daniel Maurício](#). Divulgação científica em museus e centros de ciência interativos: a construção social de uma ciência-espetáculo. Tese de Doutorado. PPGS, UFRGS, 2016. 435 f.

VIDAL, Diana G. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliana M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER, Diego Lopes. Educação no Museu de Arte do Rio: uma mirada à Pequena África sob a sombra dos megaeventos no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2020.

Outras referências

Blog da SAE: saemuseunacional.wordpress.com/a-sae/

Site da Pnem: pnem.museus.gov.br

Série Conhecendo Museus: <http://www.conhecendomuseus.com.br/>

Canal no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UC9VV-RN-F5X15R1HD7Ep3Og>

EXPERIÊNCIA VIVIDA NO CAMPO MUSEOLÓGICO: A EDUCAÇÃO MUSEAL NA PERSPECTIVA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA NO MUSEU GOELDI

Helena do Socorro Alves Quadros*

Introdução

A educação é assunto de museu e esses espaços exploram a aura educacional que lhes é peculiar de diversas maneiras (Pereira, 2010, p. 148).

As diversas faces da educação são desmembradas em educação ambiental, educação para jovens e adultos, educação do campo, educação especial, educação infantil e muitas outras. Dentre elas, temos a educação museal, que há um tempo denominava-se educação em museus. A educação não tem com essa divisão perdido a sua importância, entretanto algumas correntes aparecem contrárias de que esta aconteça fora da sala de aula, como é apontado por Quadros (2018, p. 42):

É importante analisarmos que o que fora revelado até aqui a respeito da educação, embasado, sobretudo em Paulo Freire, diz respeito ao pensamento que se busca alcançar quando nos referimos ao processo educativo, todavia, o que realmente tem se propagado, especialmente, no senso comum é que a educação é tarefa unicamente da escola, e, além disso, aquele que se encontra fora dela, não conta com outros meios para recebê-la. Nesse sentido, novamente, reforçamos: o ensino é papel escolar, ao passo que a educação, é papel social.

Corroboramos com o pensamento de Quadros, uma vez que a educação oportuniza a vários cidadãos de participarem de momentos educacionais importantes, sobretudo com o que Brandão (2013, p. 13) explica, que ela se faz presente em qualquer lugar:

Existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizada. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida.

* Dra. em Educação - UFPa, Tecnologista Sênior MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi.
E-mail: hquadros@museu-goeldi.br.

O pensamento de Brandão vai ao encontro do que é dito por Quadros (2019, p. 110):

Isso leva a refletir e a concordar que a educação existe em todos os lugares, de geração em geração, em espaços sociais educativos – como os museus. Mais: ela não se finaliza, pois está em constante processo.

No que diz respeito à educação museal, é imprescindível começar pela Museologia e compartilho a análise de Bruno (2014, p. 5):

A configuração do campo de conhecimento inerente à Museologia também como um processo pedagógico em sua totalidade implica em valorizar a potencialidade deste campo para dar um destino para aquilo que as sociedades elegem como relevante da sua trajetória e, por sua vez, que este destino possa desempenhar uma função social.

E esse processo pedagógico a que Bruno (2014) refere-se é colocado pela autora como, Pedagogia Museológica. Na tese: “a Epistemologia da Educação Museal: um estudo sobre o Programa Institucional O Museu Goeldi de Portas Abertas”, de autoria de Helena Quadros¹, o processo pedagógico é colocado por meio de quadros explicativos. Conforme Quadros (2019, P. 119):

Para Bruno (2012), a Pedagogia Museológica se apresenta nos objetos, lugares, coleções e acervos, que têm como referência os bens patrimoniais, as referências culturais e os indicadores de memória. Por conseguinte, ela envolve apropriação, proteção, intervenção e a devolução para o público visitante e apresenta no quadro uma cadeia operatória museológica, ou seja, algo que identifica a musealidade por meio do incentivo à observação e à percepção; do aprimoramento da percepção seletiva, que é o exercício do olhar e identificação; do tratamento dos bens selecionados, que é o uso qualificado das referências culturais; da valorização dos bens patrimoniais, que é a constituição da herança cultural e por fim, da interpretação, extroversão e difusão de bens selecionados, ou seja, a divulgação e a contextualização sociocultural.

Tomando como base a ideia de Bruno com toda essa estrutura da Pedagogia Museológica, envolvendo todos os referenciais patrimoniais, culturais, de memória, dentre outros, a conceituação adotada é a referendada pela Política

Nacional de Educação Museal - Pnem e colocada por Castro (2019, p.5,6): a educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

A Educação Museal, se desenvolve de forma interdisciplinar, integrando as diversas áreas científicas que fazem parte do “O Museu Goeldi de Portas Abertas” por meio de dinâmicas didático-pedagógicas que traduzem as conceituações das ciências para uma linguagem acessível aos sujeitos envolvidos nas atividades.

A partir dessas reflexões apresentadas, adentrarei na prática político-pedagógica museal, narrando a experiência do *Programa Institucional - O Museu Goeldi de Portas Abertas*, atuante com a divulgação científica, uma vez que a sua proposta é ampliar o conhecimento da região amazônica e, principalmente incentivar a popularização da ciência.

A experiência do Programa Institucional O Museu Goeldi de Portas Abertas

Na década de 1980, o Instituto de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) / Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) passa por uma série de novas configurações em sua gestão, uma vez que nessa época que é criada a Divisão de Museologia (DMU), na troca dos diretores Seixas Lourenço² e Guilherme de La Penha³. Assumindo como o primeiro chefe da DMU, o museólogo baiano Ildo Barbosa Teixeira, que monta uma equipe, em sua maioria de bolsistas do CNPq, de pedagogos, jornalistas e arquitetos, também trazendo do Rio de Janeiro mais um museólogo.

Sobre os objetivos da Museologia do Goeldi, é informado por Quadros (2000, p. 3) que:

A Divisão de Museologia, coordenada pelo museólogo Ildo Barbosa Teixeira, apoiada nos resultados das pesquisas realizadas pelo Museu, oferecia à população uma gama de promoções e eventos, objetivando o desenvolvimento educacional e o incentivo ao aprimoramento cultural, tais como exposições, seminários, cursos e diversas outras atividades.

Precisamente em 1983, é criado o setor educativo do Museu Goeldi, ou seja, quando o Instituto já estava com 117 anos.

Na mesma época, nos anos 1980, no Brasil, as mudanças ocorriam no Campo museológico, como por exemplo, surgiam as outras tipologias de museus e novos espaços museológicos.

Em relação à prática político-pedagógica museal instituída no MPEG a partir da criação do setor educativo, foi construída inicialmente por meio de atividades lúdicas no Parque Zoobotânico e eventos comemorativos, como Semana da Cultura Indígena, Semana do Folclore, Semana do Meio Ambiente e muitas outras, seguindo o calendário cívico.

A mudança filosófica deste setor deu-se a partir de sua criação, por meio de incentivo da direção, em trazer a Belém profissionais de renome da área museológica para a formação da equipe, como Maria Cristina Bruno, Magaly Cabral, Maria Célia Moura Santos, Aécio Oliveira, Tereza Scheiner, professores da *Smithsonian*. Também contribuiu para essa mudança filosófica, o fato de os funcionários do Serviço de Educação serem liberados para participar de eventos nacionais e internacionais, como a minha participação no CIMUSET, na *34th Conference of the International Committee of Museums of Science and Technology*, em 2006. Ou seja, a equipe foi se especializando e se aperfeiçoando nos estudos. Atualmente, na área educativa há dois doutores, dois especialistas, três bolsistas CNPq e dez estagiários da própria instituição.

Paralelo a essas novas possibilidades na área educativa do Goeldi, já se iniciava a construção para a institucionalização da educação museal, conforme descrito por Castro (2019, p. 3):

Entre as políticas públicas específicas de educação museal, temos na década de 1980 uma primeira tentativa governamental organizada e continuada de implementação, com a criação do Programa Nacional de Museus (1980-1985), o Projeto Interação (1980-1985) e o Programa de Ação Cultural (1980-1985), que apresentaram propostas sistematizadas de projetos e modos de fazer e pensar a educação Museal, incluindo-se ferramentas, incentivo à formação profissional e integração entre cultura e educação na esfera das políticas públicas. Porém, o exemplo que representa maior elaboração e consolidação no campo tem sido o que resultou do Programa Nacional de Educação Museal, criado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Museus, que deu origem à Política Nacional de Educação Museal (Pnem).

Portanto, percebe-se o que Castro (2019) coloca que o incentivo à formação profissional pelo qual o quadro educativo passava era de incentivo da política pública já sendo esquematizada nacionalmente.

A minha trajetória profissional no Museu Paraense Emílio Goeldi possibilitou estar desde 1982 fazendo parte da história do Serviço de Educação, uma vez que estive presente em todo o seu processo de criação. Assim, paralelamente fui realizando a formação acadêmica, tendo sempre como objeto de estudo a educação museal, incorporando nos diversos projetos educativos que coordeno, como: O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade e O Museu Goeldi de Portas Abertas.

Assim, o foco aqui apresentado é o Portas Abertas, que tem como missão apresentar ao público seus estudos, seus bastidores da ciência e educação museal. O Programa faz parte das ações museais do Serviço de Educação – SEEDU, promovendo o acesso da comunidade escolar e de moradores do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará às produções científicas e ao acervo museológico do Museu Goeldi.

Os pesquisadores e técnicos apresentam o acervo de suas pesquisas, realizadas ao público visitante do Parque Zoobotânico⁴ e Campus de Pesquisa⁵.

Este é desenvolvido há 35 anos, sendo que, a partir de 2019, este programa expandiu-se com a sua primeira versão itinerante, alcançando outros municípios do Pará, como Limoeiro do Ajuru, Castanhal e Santo Antônio do Tauá. Este integra a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. E é detalhado assim por Quadros (2019, p. 212):

O Portas Abertas é responsável pela integração entre as áreas científicas do Museu Goeldi por meio da Zoologia, da Botânica, das Ciências Humanas, das Ciências da Terra e Ecologia, ou seja, o “Portas Abertas” tem uma Pedagogia interdisciplinar, de integração desses conhecimentos, pois eles se interrelacionam, integrando ciências humanas e ciências naturais. Existe o diálogo entre os domínios, há momentos de interseção entre as ciências nesse espaço interdisciplinar, que acaba sendo uma contribuição efetiva para a construção da epistemologia da educação museal.

Concluindo assim por Quadros (2019, p. 212): o “Portas Abertas” integra isso tudo, pois populariza a ciência. Ele tira o Museu do alto da sua pirâmide de cristal, socializa a Ciência e se torna um espaço interdisciplinar de popularização da ciência.

As imagens a seguir demonstram uma breve apresentação do número de pessoas envolvidas no Portas Abertas, como também uma representação de uma das áreas de pesquisa, a Botânica, atendendo ao público participante.



Imagem 1 – na entrada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, no bairro da Terra Firme, os mediadores que irão receber o público na versão de 2014. Foto: acervo pessoal de Helena Quadros (2014).



Imagem 2 – Apresentação do Laboratório de Anatomia Vegetal - LAVeG, no Parque Zoobotânico, em que a pesquisadora demonstra por microscópio, o micromundo das plantas – isto é, conhecer os diferentes tecidos e células que formam o corpo vegetal. Foto: Helena Quadros (2019).

Fazer a integração de uma ação museológica do Museu Paraense Emílio Goeldi com a educação museal é plausível e é demonstrado abaixo pela demanda de escolas e estudantes que participam da ação do Programa O Museu Goeldi de Portas Abertas, em duas bases Físicas do Museu Goeldi, no Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa.

Quadro I. Dias 08 e 09 de outubro de 2019 – Parque Zoobotânico

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADES	CATEGORIAS
E.E.E.F. PROFESSOR JOSÉ ASSIS RIBEIRO	60	PÚBLICA
NÚCLEO DE ENS. PEQUENO PRÍNCIPE	106	PARTICULAR
ESCOLA CONVIVÊNCIA EDUCAR	47	PARTICULAR
CENTRO DE ESTUDOS MANOEL LEITE	55	PARTICULAR
E.E. NÚCLEO PROF. HELENA ANTIPOFF	60	PÚBLICA
E.E.E.F. DOMINGOS ACATAUASSU	36	PÚBLICA
CENTRO EDUCACIONAL FADA MADRINHA	56	PARTICULAR
E.M. PROFESSORA ERNESTINA RODRIGUES	33	PÚBLICA
E.M.E.I.F. CONVIVÊNCIA EDUCAR	47	PÚBLICA
CENTRO EDUCACIONAL FELICIDADE	26	PARTICULAR
CENTRO EDUCACIONAL ABC	84	PARTICULAR
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	26	PÚBLICA
12 instituições	TOTAL: 610 pessoas	

Fonte: Núcleo de Visitas Orientadas – NUVOP

Esse número expressivo de instituições de ensino aconteceu na primeira ação do Portas Abertas desenvolvida no Parque Zoobotânico nos dias 8 e 9 de outubro de 2019. Contou com a participação de escolas nos vários níveis de ensino, prevalecendo a Educação Infantil, e Ensino Fundamental I, por se tratar de um espaço de lazer e educação bastante procurado por escolas no mês das crianças. Houve ainda atendimentos de universidades, escolas de Ensino Médio e Fundamental 2, totalizando 12 instituições atendidas via o Núcleo de Visitas Orientadas - NUVOP.

Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aconteceu mais uma edição do “O Museu Goeldi de Portas Abertas”, nos dias 23 e 24 de outubro de 2019, sob o tema Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável. O local foi o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi.

Quadro 2. Dias 23 e 24 de outubro de 2019 – Parque Zoobotânico

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADES	CATEGORIAS
E.E.E.F M Paraense	61	Pública
E.E.E.FM Ramiro Castro	60	Pública
E.E.E.FM Mário Barbosa	125	Pública
Centro Educacional Cristão Semear	21	Particular
Projeto Amigos de Cristo	12	Comunitária
E.E.E.F.M Pres. Costa e Silva	34	Pública
E.E.E.F.M Acácio Sobral	82	Pública
E.E.E.F.M Prof. Francisco Mendes	70	Pública
E.E.E.F Stellina Valmont	39	Pública
Centro Educ. Paraíso do Estudante – CEPE	62	Particular
UEPA (Curso de Biologia e Pedagogia)	46	Pública
Núcleo de Aplicação (UFPA/NPI)	48	Pública
Escola Municipal Parque Amazônia	21	Pública
13 Instituições	TOTAL: 681 pessoas	

Fonte: Núcleo de Visitas Orientadas – NUVOP

No Campus de Pesquisa, foram atendidas 13 instituições de ensino, dentre públicas, comunitárias e particulares totalizando 681 pessoas, além de 15 visitantes espontâneos, chegando a 696 pessoas contempladas. O perfil de atendidos foi de alunos do Ensino fundamental 2, comunitários, Ensino Médio e Universidades.

Foi atendido em 2019, nas duas bases físicas do Museu Goeldi, Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa, um total de 1.291 pessoas. Seria impossível acontecer as atividades sem a participação dos pesquisadores, curadores das coleções científicas, dos voluntários, estagiários, bolsistas e funcionários da instituição. Essa participação vem anteriormente ao evento, como o recebimento de grupo de professores para conhecerem antecipadamente o que os seus alunos iriam conhecer nos dias do Portas Abertas.

Considerações Finais

A Educação Museal é cantada em verso e prosa não só por educadores museais, mas também por outros profissionais que adentram as diversas possibilidades de estar nesses espaços sociais educativos, sejam museus, pontos de memória, ecomuseus, dentre outras tipologias.

Portanto, a Educação Museal vem nos últimos anos apresentando, com sentido interdisciplinar, um conjunto de dinâmicas didático-pedagógicas ilustradas por meio de elementos conceituais das Pedagogias Contemporâneas, em especial a Teoria Educacional de Paulo Freire e de experiências oriundas do campo das artes, para formar cientificamente sujeitos das mais diversas camadas da sociedade. Nesse sentido, passa a contribuir efetivamente para a construção de uma pedagogia interdisciplinar para as ciências, bem como para a divulgação e popularização dos estudos e pesquisas realizados nas instituições de natureza museológica.

A Educação Museal, se desenvolve de forma interdisciplinar integrando as diversas áreas científicas que fazem parte do Museu Goeldi de Portas Abertas por meio de dinâmicas didático-pedagógicas que traduzem as conceituações das ciências para uma linguagem acessível aos sujeitos envolvidos nas atividades.

Então, mesmo com um contexto complexo por conta da pandemia global, a Educação Museal segue semeando a formação científica a todos e todas da sociedade, com esperança em primaveras de saúde e paz para humanidade.

Notas

- 1 A origem do interesse em relação a essa temática diz respeito à sua relação direta com a cultura de trabalho da pesquisadora, que vem participando ativamente do Programa Institucional “O Museu Goeldi de Portas Abertas”, desde a construção do projeto; da fase do planejamento, em 1985; na coordenação; na execução de várias atividades e avaliações. Dessa forma, foi possível observar que o programa é capaz de demonstrar os paradigmas científicos desenvolvidos no Museu Paraense Emílio Goeldi. (Quadros, 2019, p. 19).
- 2 Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi: de 24 de março de 1982 a 23 de julho de 1985.
- 3 Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi: de 19 de agosto de 1985 até 1991.
- 4 Cartão postal e cenário da instituição museológica, o Parque Zoobotânico é um local de visitação pública paraense, representando a fauna e flora da Amazônia. Também abriga a casa onde Emílio Goeldi morou com sua família – o Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, construído em 1897. (Quadros, 2019, p. 86).
- 5 O Campus de Pesquisa do Museu Goeldi está localizado no bairro da Terra Firme desde 1978. Atualmente possui em seus espaços as Coordenações de Pesquisa e Pós-Graduação – COPPG; de Planejamento; o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT); os laboratórios e as coleções científicas das Coordenações de Botânica - COBOT, Zoologia - COZOO, Ciências da Terra e Ecologia - COCTE, Ciências Humanas - COCH e Comunicação e Extensão - COCEX, por meio da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna; e o Arquivo Guilherme de La Penha. (Quadros, 2019, p. 24).

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.

Bruno, Maria Cristina Oliveira. A Pedagogia Museológica e a Expansão do Campo Científico da Museologia. 36° SIMPOSIO INTERNACIONAL DEL ICOFOM. ICOFOM / COMITÉ DE LA MUSEOLOGIA DEL ICOM / CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEOS. Paris, del 5 al 9 de junio de 2014.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. A Construção do Campo da Educação Museal: Políticas Públicas E Prática Profissional. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 90-114. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.40706>

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Educação Museal – entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª. Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado. UNIRIO – MAST, 2010.

QUADROS, Camila Alves. Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém-Pará. Belém, 2018. Dissertação de Mestrado – (Programa de Pós-graduação em Educação). Universidade Federal do Pará (UFPA), 2018.

QUADROS, Helena do Socorro Alves. Redescobrimo a educação em museus: uma experiência no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. 2000. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém do Pará, 2000.

QUADROS, Helena do Socorro Alves. A Epistemologia da Educação Museal na Amazônia Paraense: um estudo sobre o Programa O Museu Goeldi de Portas Abertas. Belém, 2019, 222 f., mais anexos e apêndices. Tese de Doutorado – (Programa de Pós-graduação em Educação). Universidade Federal do Pará (UFPA), 2019.

ESBOÇANDO O ABC DA MUSEOLOGIA: DA DEFINIÇÃO DE MUSEU DO PASSADO AO FUTURO

Lopes Isabel Massango*

Introdução

Esboçar o ABC da museologia significa discutir os três conceitos (Ação, Biblioteca, e Comunidade) na medida em que, na combinação dos três elementos, encontra-se a essência da revitalização das atividades museológicas. Por outras, se pretende com esta comunicação instar um debate no seio da classe dos profissionais dos museus.

Numa primeira fase, vai-se dedicar uma total atenção na formação dos educadores dos museus, sendo os principais agentes de mudança, porém a formação sem programas museológicos que cruzam os três elementos não mudam a dinâmica para o bom funcionamento dos museus. É preciso combinar os três conceitos como estratégias de tornar museus ativos.

As escolas, as igrejas, as organizações políticas devem participar como agentes que desempenham um papel importante para a mudança da dinâmica do funcionamento dos museus. Quanto ao governo, deve centrar seus esforços em elaborar políticas culturais que refletem a dinâmica de uma nova era, isto é, a era do mundo digital, onde a tecnologia constitui um papel importante para informar e comunicar às pessoas.

No caso da política cultural de Moçambique de 2015, esta não aponta para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nos museus, havendo a necessidade de se reformular a política, de modo a responder a dinâmica da evolução da nova definição de museu, debatida na 25^a Conferência Geral em Kyoto-Japão.

O ponto central do debate atualmente entre profissionais dos museus aponta para a criação de plataformas digitais para a exposição das coleções museológicas, devido a COVID-19 que se instalou no mundo, obrigando os governos a encerrar as atividades de visitas ao museu como medida de mitigação e controle da propagação do novo coronavírus. Assim sendo, as

* É de Moçambique, voluntário na disciplina de Museologia Património Cultural Artístico ou Histórico do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), assistente do Comité Nacional do Conselho Internacional dos Museus. Correspondente do ICOM/CECA, em Moçambique.

Tecnologias de Informação e Comunicação mostraram sua importância como meio de tornar os museus acessíveis ao público. Porém, não basta termos as plataformas digitais online, mas também deve-se criar bibliotecas digitais que expõem o acervo museológico e capacitar os educadores para lidar com as ferramentas digitais.

Para a divulgação das coleções dos museus, é importante que haja profissionais engajados na componente pesquisa, massificando a produção de artigos, livros, periódicos e revistas científicas que abordem o campo dos museus, disponíveis nas plataformas digitais online. Este processo deve ser acompanhado de formação de gestores culturais, os quais serão responsáveis por gerir os websites que constituem base para o sucesso dos museus, sendo acompanhado de um plano de programação das atividades museológicas.

Portanto, o Comité para Educação e Ação Cultural (CECA) deve ser o principal coordenador dos formadores e educadores dos museus para transmitir as boas práticas do uso das plataformas digitais, criando conferências, workshops e seminários que abordem sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

Metodologias

Para elaboração desta comunicação, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, baseadas em consultas de Revistas científicas, artigos da internet, websites, livros, consulta da política cultural – 2015 e teses de doutoramento e mestrado de profissionais da área da museologia que também abordem de maneira específica sobre a ação educativa, bibliotecas digitais e comunidades digitais. Também foram usadas notas adquiridas no estágio profissional no curso de capacitação dos monitores do serviço educativo, quando tive a oportunidade de trabalhar com diversos públicos que visitam os museus, a mencionar: alunos, turistas, e comunidade local.

Objetivo Geral

- Propor aos profissionais o desafio de repensar a nova definição do museu de acordo com as perspectivas futuristas de museus digitais.

Objetivos específicos

- Criar ações educativas centradas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

- Programar medidas que visam impulsionar a produção de um fundo bibliográfico para os museus.
- Desenhar um programa educativo que visa a inclusão de todos grupos etários da comunidade.

I. A evolução da nova definição do conceito Museu

Para falar desta temática, interessa primeiro refletir em torno da nova definição de museu debatida na 25ª Conferência Geral em Kyoto-Japão, em que não foi aprovada pela maioria dos profissionais, alegando que a proposta apresentada na 85ª Assembleia Geral do Conselho Internacional dos Museus não refletia a realidade dos museus de toda parte do mundo.

Segundo José Ribeiro, desde a criação do ICOM em 1946, a definição de museu encontra-se em evolução por refletir as profundas mudanças da sociedade e as realidades da comunidade museológica internacional. Ao consultar os estatutos do ICOM, aprovados na 22ª Assembleia Geral, em Viena, capital da Áustria, em 24 de agosto de 2007, este definiu “o museu como uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica, e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu envolvente com fins de educação, estudo e deleite”.

Outrossim, na última conferência geral houve proposta da nova definição de museu mas que carece de alguns elementos que tornem a definição mais abrangente, ao referir que “museus são espaços democratizantes inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detém, em nome da sociedade, a custódia de artefatos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas”.

As duas definições precisam de elementos que universalizam o conceito, uma vez que estamos perante a crise devido o novo coronavírus. Os museus encerraram suas atividades, mostrando-se incapacitados de funcionar devido a falta de um plano que visa a prossecução das suas atividades em plataformas digitais. É urgente que os profissionais dos museus no mundo busquem uma nova definição do museu que ultrapasse as barreiras impostas pela COVID-19.

Portanto, há necessidade de os museus reinventarem-se, buscando novas ferramentas digitais, para divulgar suas atividades museológicas em plataformas online, conforme atual era que apresenta uma tendência de mudar o físico em digital, isto é, criar web museus como medida de mitigação contra o novo coronavírus.

Segundo Loureiro (2003, p.178, apud CARVALHO, 2008, p.84) web museus são sítios construídos e mantidos exclusivamente na web, destinados a reunir virtualmente e a expor artefatos museológicos gerados originalmente por processo de síntese e por meio de cópias digitais... As características da internet hoje lhes conferem configuração hipertextual, propiciando a conectividade e ampliando as possibilidades de interação com os objetos... diferem dos museus físicos, ainda pelo seu carácter provisório e não necessariamente institucional, e pela imaterialidade inerente a imagem digital.

Portanto, na nova proposta da definição de museu apresentada na 25ª Conferência Geral poder-se-ia adicionar novos elementos, referente a suportes digitais, que garantem a igualdade de direito e de acesso ao património, a todas as pessoas, que poderia se concretizar através do uso das redes sociais, haja vista que a maioria contém uma conta para visualizar os artefatos que serão sistematicamente introduzidos em materiais digitais e acessados em plataformas digitais pelos diversos públicos.

A

II. Ações Educativas centradas em tecnologias de informação e comunicação (TIC's)

Neste ponto é importante primeiro debruçar em torno do conceito Ação Educativa, que, segundo Wazzenkeski (2016:65), entende como formas de mediação entre o sujeito e o bem cultural e que facilitam sua apreensão pelo público, gerando respeito e valorização pelo património cultural. Assim sendo, o monitor do museu deve receber capacitação em uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para saber gerir as plataformas digitais online.

Em Moçambique, quase em todas os museus, as ações educativa centradas nas TIC's são ausentes, por isso o interesse de trazer esta temática para ser debatido no seio dos profissionais dos museus, membros do CECA, como forma de buscar as experiências internacionais para aplicar nos museus locais, respeitando o código deontológico internacional dos museus.

Mellado (2019:12) chama atenção aos vários aspectos de ordem política e ideológica dos trabalhadores dos museus, a mencionar:

- a) Formação de monitores do serviço educativo dos museus, com finalidade de servir de instrutores para área de ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o que significa que cada um desses monitores obterá habilidade de manusear as plataformas virtuais adequadas através de meios que lhe permitam agir em museu físico e virtual.
- b) Propor novas práticas museológicas a serem integradas na política cultural nacional, que visam o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), e garantir que os serviços dos museus sejam publicados regularmente.
- c) As plataformas digitais dos museus deverão ser difundidas nas escolas e no ambiente rural, através dos meios audiovisuais.
- d) As escolas serão incentivadas a formar coleções e a manter exposições com objetos do património cultural local.
- e) Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).

Portanto, os cinco pontos apresentados por Mellado (2019) constituem base para mudança da situação atual dos museus em Moçambique, que muito devem ser acompanhados com a evolução da definição dos museus, incluindo os desafios futuros de criação de museus digitais e uma metodologia de exposição de objetos museológicos em plataformas digitais.

B

III. Criação de bibliotecas virtuais e museus do futuro

O grande desafio da museologia atualmente é pensar na nova definição do conceito museu, buscando elementos tecnológicos inovadores, nacionais e internacionais de modo a tornar os museus como espaços de inclusão e acessíveis a qualquer público. A criação de Bibliotecas digitais seria um *input* importante para a divulgação das coleções, de maneira científica.

Segundo Toutain (2005), a biblioteca digital tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais, livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros que estão armazenados e disponíveis para acesso, conforme processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

Em Moçambique, uma das maiores dificuldades que torna os museus como espaços insólitos é a ausência de um fundo bibliográfico disponível em plataformas online, apesar de as bibliotecas digitais atraírem um vasto número de público aos museus. A biblioteca constitui um fator crucial para a criação dos museus do futuro, pelo que desafia os profissionais a pensar numa estratégia da massificação de publicações sobre museologia, acompanhado de projetos que visam a criação de museus digitais.

Segundo Sabbatini (2010, p.4), o museu digital é uma coleção de objetos digitais logicamente relacionados, composta de uma variedade de meios e, devido a sua capacidade de proporcionar *connectedness* e vários pontos de acesso, presta-se a transcender os métodos tradicionais de comunicação e a interação com o usuário mostra-se flexível, em função de suas necessidades e interesses.

Portanto, existem três categorias de museus virtuais, que Sebatini (2010) define como Folheto eletrónico, museu no mundo virtual e museu virtual. Recorrendo-se ao artigo do Carvalho (2008, 85), complementa-se a sistematização dos tipos de museu:

- a) **O Folheto eletrónico** - Apresenta informação básica sobre o museu, como sua história, fotos do exterior, fotos de alguns conteúdos, horários de abertura, tarifas e dados de contato.
- b) **Museu Conteúdo** - Este é um site que apresenta os museus, que possuem serviços de informação e convida o visitante virtual a explorá-los online. O conteúdo é apresentado de maneira orientada ao objeto e é basicamente idêntico à base de dados da coleção.
- c) **Museu no mundo Virtual** - Projeta o museu no ciberespaço com a representação de sua estrutura física, informação detalhada sobre coleções e exposições, além exposições online. Também pode arquivar exposições passadas e exibir objetos de suas coleções que não estão disponíveis ao público do museu real.

- d) **Museu do Aprendizado** – Este é um site que oferece diversos pontos de acesso para seus visitantes virtuais, de acordo com as suas idades, antecedentes e conhecimentos. O site é desenvolvido didaticamente e relacionado através de links a informações adicionais que motivam o visitante virtual a aprender mais acerca de um assunto de seu interesse e a visitar o site.
- e) **Museu virtual** - Constitui uma extensão do museu, ampliando o potencial do meio digital para criar novas formas de representação e de acesso ao património cultural, especificamente projetadas para fazer o uso da capacidade e da lógica da comunicação em rede.

Portanto, Moçambique trilha em caminhos para a reinvenção do conceito museu, na medida em que começa a pensar em projetos de criação dos museus digitais e bibliotecas de acesso ao público. Devido o decreto presidencial que mandou encerrar as atividades em museus nacionais, as entidades do governo, através do Ministério da Saúde e Comissão Técnica Científica, pesquisaram estratégias de controle da cadeia de transmissão das infecções e adotaram medidas de mitigação contra a COVID-19. Após os primeiro caso positivos da pandemia, o Presidente da República, coadjuvado com a Conselho de Estado, mandou encerrar as fronteiras e anulou os vistos para entrada e saída do país, que afetou diretamente os museus e o setor do turismo cultural.

C

IV. Comunidades Conectadas em Museus Virtuais

A comunidade virtual é um conjunto de pessoas que estabelecem relações através de meios de comunicação à distância. Caracteriza-se pela união de um grupo de indivíduos com interesses comuns que trocam experiências e informações em espaço virtual.

Segundo Costa (2005, p. 67), as pessoas associam a comunidade virtual com as mensagens lineares que podem ser acompanhadas num fórum de discussão on-line. Mas o modo de discussão experimentado na tela do computador é diferente da experiência no celular, palm ou pager.

A qualidade de acesso dos conteúdos disponíveis em plataformas digitais depende da qualidade e capacidade do dispositivo usado para acessar a página do museu virtual. O tamanho da tela, a memória da banda de transmissão

e da navegação acabam quebrando o curso linear de uma conversa em inumeráveis pedaços. Os usuários só visualizam partes da discussão, estando o restante acessível em PCs.

Em Moçambique, a comunidade virtual é quase inexistente, uma vez que a maioria dos museus não tem um website, onde divulgam as suas atividades. Portanto o primeiro desafio seria dar aos profissionais dos museus uma formação que visa a capacitação da comunidade e criar condições de garantir dispositivos com uma qualidade básica para a instalação das plataformas virtuais. Isso significa haver um investimento nos museus de modo a possibilitar a prossecução do projeto pós-formação.

Conclusão

Após a análise e confrontação das duas definições de museus, chega-se à conclusão de que a nova definição de museu carece de elementos que tornam os museus inclusivos e acessíveis em nível global. Ao definir que museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros, reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, entende-se que detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefatos e espécimes, e por ela preservam memórias diversas para gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas.

O componente “inclusão” nos museus em África e nalgumas partes do mundo diria que está em processo de se efetivar. Em alguns museus em Moçambique, nota-se que a sua estrutura ainda carece de vários aspectos que considerem o público com deficiência física, visual e psicológica. Em alguns museus não existem rampas para pessoas que usam carrinho de mão, não existem placas de sinalização para deficientes visuais, não existem sistemas de som montados para pessoas com deficiência auditiva. Quanto à democratização, em África a maior parte dos museus foram configurados segundo uma perspectiva colonial, criados como instrumentos de dominação cultural. Por isso hoje se constitui um grande desafio aos profissionais democratizar os museus, sendo necessário elaborar um critério para sua reorganização sem fugir da sua natureza originária.

Portanto, acredita-se que também não constitui uma realidade a garantia de igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas, visto que a definição proposta pelo ICOMOS não mostra como esses museus

podem ser acessados. Além disso, no caso de Moçambique, na região de sul e centro, existe um déficit notável da falta de museus. As suas comunidades não conhecem museus, sendo que a maioria de estudantes provenientes dessas regiões deparam-se com o mundo dos museus pela sua primeira vez na disciplina de Museologia Património Cultural e Artístico/Histórico. É preciso que o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) pense numa estratégia de inclusão baseada em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) capazes de atingir maior número de público dos museus, criando museus digitais e bibliotecas *online* de acesso livre.

Referências

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Comunicação e informação de museus na internet e o visitante virtual. In: **Revista Museologia e Patrimônio**. Revista eletrônica do programa de pós-graduação em museologia e patrimônio-PPG-PMUS UNIRIO/Mast, vol N° 1, Jul/Dez de 2008.

COSTA, Rogério da. Informática na educação: teorias e práticas: as comunidades virtuais. In: **Revista Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, V.8, N° 2, Jul/Dez, 2005.

MARCONDES, Carlos H, et all. Bibliotecas Digitais: Saberes e Práticas, Salvador/Brasília, UFBA/IBICT, 2005.

MELLADO, Isadora. A função social e papel da educação nos museus, Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projectos culturais, ECA/USP, São Paulo, 2019.

SAYÃO, Luís Fernando. Afinal, o que é Biblioteca digital? In: **Revista USP**. São Paulo, N°80, P.6-9, Dezembro/Fevereiro, 2008-2009.

SAYÃO, Luís Fernando. Bibliotecas digitais e suas Utopias. In: **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 2-36, ago. /set. 2008.

Fonte da Internet

BOLETIM da República. Política de Museus, Conselho de Ministros, Resolução N° 11/2010, de 02 de Julho. EXTRAÍDO de: Wikipédia, a definição da comunidade virtual, 28 de Julho de 2020, as 23h.

RIBEIRO, José Alberto. Síntese da nova definição de museu discutida em Kyoto-japão, Página de facebook, 2019.

A ESTÉTICA DA EXPERIÊNCIA MUSEAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO EM MUSEUS DE CIÊNCIAS

José Luís Ferraro*

É comum nos questionarmos sobre a qualidade da educação no Brasil. No entanto, quando o fazemos, devemos atentar em primeiro lugar para o fato de que: (a) as críticas que surgem tendem a ser, geralmente, direcionadas à escola pública; (b) no senso comum, há uma ideia equivocada de educação que insiste em confundi-la e/ou reduzi-la à mera instrução e; (c) há uma crença de que esta – desvinculada de um processo formativo mais amplo e complexo – deva ocorrer, basicamente, na escola. Assim, para que possamos discutir as potências da educação em museus e do sentido estético de tal experiência educativa no presente texto, tendo como perspectiva a educação em ciências, é preciso enfrentar estes três pontos, obviamente, desconstruindo-os.

Antes, ainda, é necessário contextualizar o porquê de abordar a dimensão estética no entrecruzamento entre ciência e educação tendo como pano de fundo o espaço museal. Este tema tem sido desenvolvido em investigações relacionadas à educação em museus de ciências vinculadas à minha atuação nos Programas de Pós-graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nessa perspectiva, a abordagem estética surge como possibilidade para a compreensão de uma experiência museal genuína por dar vazão a subjetividades sensibilizadas pelo engajamento e pela transformação por meio da descoberta que produz. Desse modo, esta é capaz de ressignificar formas as quais os indivíduos se relacionam com o conhecimento, tornando-os sujeitos de uma experiência específica, por meio da qual aumentam seu grau de comprometimento e interesse durante a visita aos museus e, como consequência, suas aprendizagens. Isto surge como efeito dos distintos agenciamentos estabelecidos entre estes sujeitos, agora protagonistas mais ativos das relações de ensino e aprendizagem, com os conteúdos museais (textos, imagens e mídias): de um modo geral, com os espaços-tempo dos museus de ciências, com a organização de suas exposições, seus diferentes arranjos semióticos e matrizes ocularcêntricas.

* Doutor em Educação. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Visiting Research Fellow, Oxford University Museum of Natural History, University of Oxford (United Kingdom). E-mail: jose.luis@pucrs.br.

A partir disso, os três pontos sobre educação, previamente destacados, podem ser facilmente conectados, sendo que aquilo que os une – no interior do universo da educação formal – é o que poderia ser referido como “aula tradicional”. Entenda-se aqui “aula tradicional” por uma aula expositiva, às vezes – raramente – também dialogada. Uma aula onde prevalece o exercício da cópia e a prática das perguntas determinadas, pré-estabelecidas pelo professor que as faz à turma ou a si mesmo quando – neste caso – imediatamente as responde. Em resumo: a “aula tradicional” como um monólogo “conteudista”, sem espaço para a experimentação ou experimentação (FERRARO, 2017) dos estudantes; apenas como exposição da matéria seguida de exercícios de fixação que servem como estudo dirigido.

Essa realidade que sabemos não ser incomum, em pleno século XXI, nas salas de aulas brasileiras reflete um modelo falido de educação transmissiva, onde não há construção, apenas repetição. O estudante, nesse contexto, tende a não ter a sua curiosidade instigada e a não ser estimulado a fazer perguntas, logo, não desenvolve seu espírito de pesquisador, o que acaba por comprometer o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e crítica. Ele aprende a repetir, a reproduzir e não a questionar: é apenas instruído.

Nesse sentido, não se pode afirmar que a sala de aula tenha se convertido em um espaço democrático na medida em que a formatação das aulas tradicionais não oferecem a abertura necessária para o exercício da problematização e da socialização do conhecimento; de sua potencial aplicação e da produção de outros saberes que dele possam vir a derivar. Isso nos leva a repensar e a questionar, ainda, o papel da escola enquanto instituição de promoção de cidadania, na medida em que tal experiência permanece comprometida em nome de uma educação despotencializada. É exatamente aí que a esfera da educação não formal contribui para o debate; por meio dos museus e seu compromisso ético-estético com valores democráticos e cidadãos, hodiernamente tão importantes e de fundamental reafirmação, principalmente quando associados a um ideal de Estado laico, favorável e associado à propagação de um conhecimento puramente científico sem quaisquer vieses ou atravessamentos e, tampouco acossado por alguma tentativa de revisionismo histórico.

Assim, é possível rebater os três pontos levantados discutindo (I) a construção e a manutenção de uma realidade necessária não apenas para a escola pública, mas para a educação básica brasileira de um modo geral, dando sentido e a devida importância à formação humana; (II) uma educação que por se insinuar

sobre a formação, suplante a ideia de certificação superando o fetiche da instrução e; (III) uma educação que não seja feita apenas pela – ou na – escola, partindo do princípio que os museus são importantes atores desse processo formativo humanístico, democrático e cidadão. Logo, se trata de colocar em ação o par *educação formal-não formal*, associando ambas esferas formativas no interior de um currículo que promova a emancipação dos sujeitos não apenas pelo desenvolvimento de habilidades ou competências técnicas, mas de sensibilidades e competências socioemocionais.

É exatamente nesse sentido que considero relevante a associação dos campos estético e científico associados por um terceiro: o campo educacional. A ciência e seus efeitos de verdade podem ser potencializados pela experiência estética – e sua dimensão ética – crivada de efeitos de sensibilidade que derivam do estabelecimento de estratégias de visibilidade outras da própria ciência no cotidiano. Assim, é por meio de uma educação dos sentidos que se pode estetizar a ciência, promovendo sobre ela outros/novos olhares possíveis, descortinando a realidade dos acontecimentos, perseguindo seus rastros onde ela ainda se mantém escondida ou invisibilizada por mecanismos educativos que não nos permite descobri-la, experimentá-la, experienciá-la.

Imaginemos, assim, uma sala de aula e um museu como espaços distintos. Em seguida, poderíamos pensar seus cotidianos, os padrões de comportamento dos sujeitos que vivenciam estes ambientes. Pensemos em um grupo de alunos, na atenção que despendem em uma “aula tradicional” e na interação com objetos na área de exposições de um museu. Pensemos ainda, nos níveis de – e na abertura para a – interação, nas perguntas possíveis, na complexidade destas, no espaço de liberdade não apenas para encorajar-se na aventura do questionamento, mas para as formas de interação sujeito-objeto, sujeito-sujeito. Poderiam ser os mesmos alunos, estudando a mesma matéria ou conteúdo nestes diferentes espaços: o fato é que exatamente por isso, não seriam os mesmos alunos, pois suas *performances* não seriam as mesmas. O fator ambiental se expressa produzindo maiores ou menores efeitos de emancipação, autonomia, iniciativa e autodeterminação quando se trata de pensar a comparação entre uma educação que ocorre somente no interior das salas de aula e outra que toma os museus como braços indispensáveis de uma formação integral considerando para além da intelectualidade, uma amplitude de aspectos biopsicossociais.

Trata-se aqui de discutir a importância e a potência do par *educação formal-não formal* ao defendermos a associação entre estes espaços, a escola e

os museus, para (re)pensarmos constantemente os processos formativos. No caso dos museus de ciências, compreendemos sua importância como possibilidade para uma alfabetização científica que avance na direção de um letramento científico na esteira da popularização da ciência como compromisso social. Isso implica, ainda, no desenvolvimento de fundamentais mecanismos e estratégias de transposição didática também compreendidos como elementos de estetização da ciência pelo fato de assumirem um compromisso com a acessibilidade ao conteúdo científico – uma referência evidente aos processos de inclusão socioeducativa, neste caso, pela ciência.

Portanto, nesses espaços, é por meio da educação que a ciência é introduzida no interior de uma grade de inteligibilidade marcada e constituída por valores: é por isso que dizemos que ela passa a ser estetizada. Isso não significa que a ciência abandone seu desejo utópico pela condição de neutralidade em relação ao seu fazer, mas evidencia a tarefa da educação em ciências que também é a do paradigma contemporâneo da própria ciência ao fazer aflorar a subjetividade e, portanto – e invariavelmente – uma dimensão ética que passa a ser estabelecida entre os sujeitos e o conhecimento científico, o que demonstra a indissociabilidade entre ética e estética (HERMANN, 2015).

Os museus de ciências se tornam, assim, realidades únicas porque articulam os campos científico, estético e educacional. Tal triangulação é perceptível porque (a) são museus de ciência e abordam conteúdos científicos; (b) são museus e despertam sentimentos distintos que se produzem a partir de diferentes níveis e tipos de interação entre sujeitos e objetos musealizados; e (c) cumprem seu papel educativo organizando atividades direcionadas à educação em ciências. Estes espaços tornam-se pontos de convergência e locais de excelência da triangulação ciência-estética-educação, convertida como mote para a elaboração, planejamento e execução de suas exposições, bem como de orientação de suas práticas pedagógicas.

A estetização da ciência pode ser percebida nos museus de ciências a partir dos projetos museográficos que envolvem a concepção de uma exposição. Trata-se da escolha sobre os modos como se deseja contar uma história, criam-se ambientes específicos a partir de intencionais registros escópicos (MANDOKI, 2006) para apresentar teorias e leis, explicar conceitos científicos. É por isso que fiz referência anteriormente à semiótica – à disposição dos signos, das coisas – a um regime de poder que pode ser observado pela construção de uma matriz ocularcêntrica (FERRER, 1996) que coloca em perspectiva e produz uma ordem hierárquica no interior da ciência.

Por mais flexível e dotada de liberdade que uma visita a um museu de ciências seja, quando comparada à prática de uma “aula tradicional” de ciências, também ali há o desejo de uma mensagem específica que coaduna com as regras e as crenças do campo científico. Uma análise pictórica dos conteúdos dos experimentos e das figuras dos livros didáticos não nos levam à percepção de uma condição de discrepância. Pelo contrário: muitas vezes percebemos uma mesma lógica de organização do conhecimento científico refletida tanto em figuras que ilustram o funcionamento de experimentos presentes em museus de ciências, quanto as que ilustram materiais didáticos da área.

Assim, somos convidados a pensar os museus de ciências como verdadeiras salas de aula, ou como uma extensão necessária a elas. Suas exposições, acervos e coleções se tornam potentes instrumentos educativos que despertam em alunos e professores outras sensações, permitindo que desenvolvam outras sensibilidades a partir de diferentes conexões com os elementos museais. Assim, o conhecimento no museu é percebido de forma dinâmica, motivada pela organização da linguagem museal, de um discurso que se reconecta com os saberes desenvolvidos por meio de práticas educativas específicas.

As práticas político-pedagógicas museais se caracterizam pelo corte que produzem em relação às tradicionais cujo ambiente se circunscreve estritamente à escola. Uma vez inserida no espaço museal, tais práticas tomam outras proporções, assumindo um maior grau de liberdade pela possibilidade de livre circulação e fruição no interior dos museus, cujos descaminhos poderiam ser percebidos pela alegoria ou metáfora do rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 2011), uma estrutura biológica cujo começo e o fim são impossíveis de serem determinados. É no entrecruzar das linhas que surgem novas possibilidades de associações, se produzem novos agenciamentos, relações, percepções, saberes.

Os museus potencializam a aprendizagem redimensionando a esfera política da relação pedagógica, pois investem sobre a crítica da realidade e, portanto, sobre a reflexividade. O conhecimento construído é colocado em perspectiva contextualizado em um horizonte social. Por serem realidades únicas e complexas, com distintas camadas de significação que emergem da própria relação *espaço museal-sujeito aprendente*, os museus se constituem como heterotopias (FOUCAULT, 2013) também por serem espaços de resistência.

A ideia de rizoma e de heterotopia colocam os projetos de educativos museais mais próximos de uma educação do real. A performance do sujeito aprendente está valorizada exatamente pelo movimento que produz no

interior do museu, nas descobertas que faz durante uma espécie de exercício cartográfico que o permite produzir uma série de linhas de fuga, repensar o conhecimento, produzir possibilidades de saberes outros em uma relação ética e, portanto, estética ao saborear novas/outras formas possíveis de conhecer. A heterotopia também reside aí, na unicidade da experiência da estética museal impressa pelo movimento dos indivíduos no interior dos museus. Foucault, para se referir à heterotopia, faz referência ao navio que abandona um porto: ele não faz mais parte da realidade do porto que abandonou e também não pertence à realidade do porto que terá como ponto de chegada, consistindo assim em uma realidade específica, exatamente porque está em movimento.

Ao refletir sobre a educação em museus e sua relação com a esfera da educação formal – no caso, a escola – o ganho ético-estético da dimensão político-pedagógica é exatamente a ideia de movimento. É o movimento que faz emergir no interior do espaço museal uma interdisciplinaridade que se produz paradoxalmente por uma transversalidade viva, mas latente – potencial – porque está à espera de experiências individuais, mesmo que às vezes no interior de experiências coletivas, como quando uma turma de alunos visita um museu, por exemplo. É nesse sentido, que a utopia da construção de uma aprendizagem do ponto de vista da igualdade se mantém exatamente em um horizonte inatingível por sua intangibilidade; como o lugar da inexistência da subjetividade. É parte do papel social dos museus fazer ver a subjetividade, dar voz e vez a ela.

É claro que o desafio da educação que ocorre nos museus de ciências consiste em equilibrar a objetividade da própria ciência, mais especificamente do conhecimento científico, com as subjetividades que com ela interagem e produzem suas descobertas, suas distintas formas de saber. Os sujeitos da ciência emergem dessa relação de movimento, de cartografia, do empirismo da interação que os conduz para formas de conhecer e saber mediadas pela experiência.

Há, ainda, a possibilidade de produção de um sujeito da ciência também orientada pela experiência pedagógica no interior da sala de aula. A diferença que se produz como corte do sujeito da ciência da experiência museal para este, se projeta sobre o campo das práticas; portanto um campo político. Assim, a ideia de pensar a ciência como ferramenta de inclusão em uma perspectiva socioeducativa pode ser mais potente ou encontrar-se mais esvaziada em seu propósito de acordo como quem desenha os currículos pensam as possibilidades de agenciamento museus-escolas.

A estética da experiência museal faz transbordar possibilidades, investindo na ideia de interdisciplinaridade e até mesmo sobre a transdisciplinaridade compreendendo-a como um conjunto de atitudes que transcendem as disciplinas, mas não as apagam. Nesse transbordar ou transcender, a estética da experiência museal supera a própria dimensão do ser porque faz romper com a lógica sujeito-objeto conduzindo o público da experiência museal a dilemas éticos. Ao depararem-se com provocações específicas feitas nas exposições dos museus de ciências muitos estudantes se perguntam: “Faço, eu, parte disso?”, “Como podemos mudar isso?”, “Por que o ser humano age dessa forma?”. São questionamentos que iniciam reflexões complexas desencadeando uma série de comportamentos – expressos durante a visita e no pós-visita – que os levam a repensar suas realidades, a assumir outras éticas possíveis relacionadas à ciência.

Nesse sentido, os museus de ciências se constituem como importantes ferramentas de transformação social associados a práticas educativas potencialmente significativas. Em tempos de negacionismo e obscurantismo, defender uma educação em ciências passa pela defesa destes museus como instituições de formação científica que investem na popularização da ciência e na democratização ao seu acesso por meio da educação em ciências. A estética da experiência museal nestes espaços perpassa a ideia de uma ética orientada por um capital científico (ARCHER et. al., 2015) – que no sentido bourdiano é cultural.

Assim, os museus de ciências complementam a experiência da educação formal aperfeiçoando e potencializando a experiência da educação científica. Logo, quando o acesso à ciência ou a ambientes relacionados ao conhecimento científico, bem como o contato com cientistas e o estímulo ao consumo de ciência por meio de quaisquer mídias não estão ao alcance das famílias, tais eventos devem ser estimulados pela escola; o que torna impensável a dissociação do par *educação formal-não formal*, do binômio *museu-escola*: a emergência de uma ético-estética potente relacionada à ciência que não leve em conta vivências periódicas em museus de ciências é da ordem do imponderável. Na esteira destes argumentos, percebe-se a impossibilidade de discutirmos uma formação humanística, democrática e, portanto, cidadã em ciências – bem como quaisquer indicadores para a educação em ciências no ensino básico – suprimindo museus e/ou centros de ciências do debate.

Referências

FERRARO, José Luís. Currículo, experimento e experiência: contribuições da Educação em Ciências. In: **Revista Educação**, v. 40, n. 1, p. 106-114, 2017.

HERMANN, Nadja. Ética e estética: a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MANDOKI, Katia. Prácticas estéticas e identidades sociales. Prosaica II. México: Siglo XXI, 2006.

FERRER, Christian. Mal de ojo: el drama de la mirada. Buenos Aires: Colihue, 1996.

DELEUZE, Gilles., GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 edições, 2013.

ARCHER, Louise et al. “Science capital”: A conceptual, methodological, and empirical argument for extending bourdieusian notions of capital beyond the arts. In: **Journal of Research in Science Teaching**, v. 52, n. 7, p. 922-948, 2015.

FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministério do Turismo

Marcelo Álvaro Antônio

Secretaria Especial de Cultura

Mário Frias

Instituto Brasileiro de Museus

Pedro Machado Mastrobuono

Museu Histórico Nacional

Vania Drummond Bonelli

(Diretora Substituta)

Divisão Técnica

Maria de Simone Ferreira

Setor de Dinâmica Cultural

Flávia Limoeiro Figueiredo

Núcleo de Educação

Servidores

Diogo Guarnieri Tubbs (Chefe)

Fernanda Santana Rabello de Castro

Flávio Rezende de Carvalho

Lúcia da Mata Coutinho

Valéria Regina Abdalla Farias

Silvana de Pinho

Educadores Terceirizados

Brune Ribeiro

Érika Azevedo

Jonatan Silva

Leonardo Dias de Oliveira

Letícia Julião

Nathalia Santos

Stephanie Santana

Wanda Padula

Núcleo de Pesquisa

Aline Montenegro Magalhães (Chefe)

Álvaro Marins

Rafael Bezerra Zamorano

Núcleo de Expografia

Servidora

Flávia Limoeiro Figueiredo

Apoio Administrativo

George de Abreu

Assessoria de Comunicação

Geyzon Dantas Bezerra

Isabela Maria de Oliveira Borsani

Organização

Andrea Fernandes Costa

Fernanda Santana Rabello de Castro

Ozias de Jesus Soares

Projeto Gráfico

Memória Visual Ltda

Izabel Ferreira

Raquel Silva

Realização:



Apoio:

